

IV Seminário

MARX

HOJE

Temas para uma agenda política latinoamericana

ANAIIS DO EVENTO

**30, 31/08 e
01/09/2023
UFRN-Campus
Natal**



APOIO



Anais do IV Seminário Marx Hoje: pesquisa e transformação social
Temas para uma agenda política latinoamericana

Organização:
Joyce Pereira da Costa
Pablo de Sousa Seixas

Natal – RN, 30 de agosto a 01 setembro de 2023

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA

Seminário Marx Hoje 4. : 2024 : Natal, RN.

4º Seminário Marx Hoje : temas para uma agenda política latino-americana : (anais) / organização Joyce Pereira da Costa e Pablo de Sousa Seixas. - Natal, 2024.
62 f.: il.

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2024.

Orientação: Profa. Dra. Isabel Maria Fernandes de Oliveira.

1. Marxismo. 2. América Latina. 3. Psicologia. I. Oliveira, Isabel Maria Fernandes de. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 159.9

Coordenação Geral do Evento

Isabel Maria Fernandes de Oliveira

Comissão Científica

Joyce Pereira da Costa e Pablo de Sousa Seixas

Comissão Organizadora

Fellipe Coelho Lima
Gustavo de Aguiar Campos
Ilana Lemos de Paiva
Isabel Fernandes de Oliveira
Joyce Pereira da Costa
Lisandra Chaves de Aquino Moraes
Mariana Souza Batista
Pablo de Sousa Seixas
Tadeu Mattos Farias

Equipe de Monitoria

Alexia Kalyne Silva Bastos
Hanna Alice da Costa Melo
Rebeca Cristina de Souza Santiago
Heloísa Barros Azevedo de Albuquerque
Kailane do Nascimento
Maria Elisa de Sousa Oliveira
Marina Letícia Andrade Alves
Kimbelly Conrado Moura
Alysson Rodrigues Couto da Silva
Dâmaris de Lima Brasil
Vitória Patrícia Bezerra de Medeiros
Renata Xavier Deiga Ferreira

Projeto Gráfico e Diagramação

Mariana Souza Batista
Joyce Pereira da Costa

Contatos

marxhoje@gmail.com
gpme.ufrn@gmail.com
<https://sigeventos.ufrn.br/evento/MHTPUAPL2023>
[youtube.com/user/marxhoje](https://www.youtube.com/user/marxhoje)



Sumário

APRESENTAÇÃO.....	7
PROGRAMAÇÃO.....	9
Eixo 1: América Latina em debate	11
Eixo 2: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista	20
Eixo 3: Formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais	30
Eixo 4: Questões contemporâneas nos diversos contextos sociais	42

APRESENTAÇÃO

Organizado pelo Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação (GPM&E), vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o Seminário Marx Hoje vem se firmando como um evento de relevância nacional no que tange à formação teórico-política e reflexão crítica da realidade hodierna. Na sua quarta edição, ocorrida entre os dias 30 de agosto e 1 de setembro de 2023 em Natal, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o evento teve como foco “Temas para uma agenda política latino-americana”. Como o próprio título indica, a programação buscou privilegiar o cenário latino-americano, considerando os últimos embates entre a extrema direita mundial e sua expressão local e os enfrentamentos realizados pela classe trabalhadora.

De modo similar às edições anteriores, o seminário contou com conferências, mesas-redondas e minicursos, protagonizados por convidadas/os de grande relevância e expressividade na área, cujas contribuições enriqueceram os debates propostos. Como é possível atestar na programação, esse grupo foi composto por pessoas de diversos departamentos da UFRN e de instituições acadêmicas de várias partes do país, além de representantes dos movimentos sociais e figuras significativas na divulgação do Marxismo.

No que se refere à apresentação de trabalhos, manteve-se o formato de comunicação oral adotado nas edições anteriores, como forma de incentivar a troca de reflexões e experiências a partir da promoção do debate coletivo. Vale destacar que os resumos submetidos receberam avaliação de um pareceristas ad hoc, compostos por doutoras/es ou doutorandas/os de diversas instituições de Ensino Superior. Após avaliação, os trabalhos aprovados foram agrupados em quatro eixos temáticos: América Latina em debate; Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista; Formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais; e Questões contemporâneas nos diversos contextos sociais.

Mais uma vez, o Seminário foi realizado de forma gratuita e superou sua expectativa de público, atraindo aproximadamente 400 pessoas de todo país. Em geral, o público foi constituído de militantes, docentes e, majoritariamente, de estudantes de graduação e pós-graduação provenientes de diversas instituições de ensino superior (públicas e privadas) do país, com destaque para a região Nordeste.

Ao final do evento, podemos constatar que o Seminário Marx Hoje continua se

estabelecendo na agenda política e formativa de acadêmicos, militantes e profissionais brasileiros com interesse na teoria social marxiana. Por meio de suas edições, o evento tem conseguido alcançar seu objetivo de fomentar uma construção de um conhecimento ético e crítico acerca da realidade brasileira e latino-americana, a fim de poder auxiliar a classe trabalhadora na luta pela transformação social. Para as próximas edições, almejamos que o Seminário Marx Hoje possa proporcionar maiores oportunidades de reflexões teórico-práticas das temáticas que movem a nossa sociedade e, desse modo, oferecer subsídios à construção de resistências contra as ofensivas conservadoras que assolam o mundo atual.

Os organizadores.

PROGRAMAÇÃO

30 de agosto de 2023 (Quarta-feira)

09h-16h: Credenciamento

Local: Sala Azul (Sala 631) do Laboratório de Psicologia

14h-18h: Minicursos

- *Minicurso 01 (Auditório B/CCHLA): De Palmares até o socialismo: aportes para uma teoria da Revolução Brasileira*
Ministrante: Jones Manoel
- *Minicurso 02 (Auditório C/CCHLA): Para a crítica da extrema-direita e do neofascismo: Contribuições do Marxismo e da Psicologia da Libertação*
Ministrante: Fernando Lacerda Jr.
- *Minicurso 03 (Auditório I/Ágora): Proteção social e luta de classes na Nova República: do lulismo ao bolsonarismo*
Ministrante: Victor Costa
- *Minicurso 04 (Auditório D/CCHLA): Trabalho e uberização no capitalismo atual*
Ministrante: Ludmila Abilio

19h-22h: Conferência de abertura: A luta de classes na atualidade e o papel da classe trabalhadora no enfrentamento à extrema direita

Conferencista: Eblin Farage

Mediação: Ilana Lemos de Paiva

Local: Auditório central da BCZM

31 de agosto de 2023 (Quinta-feira)

08:30h-12h: Credenciamento

Local: Sala Azul (Sala 631) do Laboratório de Psicologia

09h-12h: Mesa de discussão: Movimentos das mulheres no enfrentamento ao conservadorismo na América Latina

Debatedoras: Verônica Ferreira (UFRN), Ilana Lemos de Paiva (UFRN), Janaiky Pereira de Almeida (UFRN)

Mediação: Ana Ludmila Freire Costa

Local: Auditório central da BCZM

14h30-17h30: Mesa de discussão: Quem é a classe trabalhadora e por que ela (ainda) é revolucionária?

Debatedores: Jones Manoel, Ludmila Costhek Abilio (Unicamp) e Gerson Justino (MST)

Mediação: Fellipe Coelho-Lima

Local: Auditório central da BCZM

01 de setembro de 2023 (sexta-feira)

09h-12h: Mesa de discussão: Democracia, Imperialismo, dependência e projetos para o Brasil

Debatedores: Jannayna de Moura Ferraz (UFRN), Tadeu Farias (UFRN) e Henrique Wellen (UFRN)

Mediação: Gustavo Aguiar Campos

Local: Auditório central da BCZM

14h-16h30: Apresentação de trabalhos

Local: CCHLA

17h-18h30: Conferência de encerramento: A América Latina entre golpes e ondas rosas: quais caminhos possíveis?

Conferencista: Ruy Braga (USP)

Mediação: Isabel Fernandes de Oliveira

Local: Auditório central da BCZM



IV Seminário

MARX
HOJE

Temas para uma agenda
política latinoamericana

30, 31/08 e 01/09
UFRN-Campus Natal

TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo 1: América Latina em debate



IV Seminário

MARX
HOJE

Temas para uma agenda
política latinoamericana

30, 31/08 e 01/09
UFRN-Campus Natal

SEMELHANÇAS ENTRE OS TRABALHADORES PERNAMBUCANOS E AMERICANOS: UMA ANÁLISE SOBRE A ALIENAÇÃO

Anna Beatriz Valentim de Souza (beatriz.tim@hotmail.com)

Ao pensarmos sobre trabalho, alienação e estranhamento ao processo produtivo na atualidade é impossível não nos remetermos às infinitas formas de exploração do trabalho vigentes no sistema capitalista. Fruto da reestruturação produtiva iniciada nos anos 1970, cuja magnitude global trouxera diversos rebatimentos para o mundo do trabalho, inclusive em sua forma mais expressiva: modelo empresarial flexível. Neste artigo, nos deteremos a analisar, de modo sucinto, o processo de produção em que estão inseridos os trabalhadores apresentados nos documentários “Estou me guardando para quando o Carnaval chegar” (2019) e Indústria Americana (2020). Sendo possível perceber que assim como os trabalhadores pernambucanos laboram em suas próprias casas, os trabalhadores chineses residentes em solo americano, não conseguem perceber o quão envolto em amarras capitalistas estão suas vidas, acabando por evidenciar os quatro níveis de alienação analisados há tanto tempo por Marx. Portanto, o trabalho atualmente realizado perdeu totalmente seu sentido, sendo apenas um meio para que a classe trabalhadora tenha acesso às mínimas condições de sobrevivência.

Palavras-chave: Alienação; Trabalho; Reestruturação produtiva



DOIS MOMENTOS DO MARXISMO NA AMÉRICA LATINA: ENTRE TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E MOVIMENTO DECOLONIAL

Danilla Aguiar (danillaaguiar@gmail.com)

Nivalter Aires

A partir do pensamento social latino-americano, objetivamos cotejar as interpretações do marxismo em dois momentos históricos distintos: inicialmente, considerando a abordagem dos Teóricos Marxistas da Dependência (TMD) – em crítica às leituras dualistas dos Partidos Comunistas e do Estruturalismo Cepalino – e, num segundo momento, o Movimento Decolonial, que em sua heterogeneidade, incorpora ou rejeita concepções marxistas para análise e transformação da nossa realidade. Para isso propomos uma leitura crítica das obras dos referidos grupos, considerando, principalmente, o contexto de surgimento de tais movimentos e os principais intelectuais envolvidos. No caso da TMD destacamos: Ruy Mauro Marini (*Dialética da Dependência e Subdesenvolvimento e Revolução*), Vânia Bambirra (*O Capitalismo Dependente Latino-Americano*) e Theotônio dos Santos (*The Structure of Dependence*); no caso do movimento decolonial destacamos Enrique Dussel (*Filosofia da Libertação na América Latina*) e Aníbal Quijano (*Colonialidad y Modernidad-Racionalidade*), dentro dos seus limites de diálogo com o marxismo, a partir da historicidade presentes em suas elaborações teóricas. Em termos de resultado, pudemos perceber que esses grupos, em decorrência dos embates e conjunturas em que surgiram, são influenciados pelas correlações de força entre as classes burguesas (locais e imperialistas) e as classes trabalhadoras e subalternas em vista dos projetos de poder em disputa. A relação que esses movimentos, que se constituem como latino-americanos, estabelecem com o Brasil é acidentada. Contudo, percebe-se a fecundidade da teoria marxista para a análise da América Latina e Brasil se demonstra pela própria capacidade de atualização do capital, assim como pela competência em demonstrar condições para a transformação social em situações de capitalismo dependente e periférico, sendo assim, um prisma relacional nevrálgico para o avanço da luta teórica e de classes.

Palavras-chave: Teoria Marxista da Dependência. Movimento Decolonial. Marxismo. América Latina.



JUVENTUDES UBERIZADAS: AS TRAJETÓRIAS DOS JOVENS ENTREGADORES SUBORDINADOS A APLICATIVOS EM NATAL

Mirilly de Souza Ferreira (mirillydesouzaf@gmail.com)

José Italo Francolino da Silva

Kimbelly Conrado Moura

Larissa Alessandra de Sena Léocadio

Margarida Mayara Moura Miranda

Fellipe Coelho-Lima

Entrar no mercado de trabalho é um rito de passagem para a vida adulta. Esta entrada é marcada por desigualdades de classe, raça e gênero. Numa sociedade de classes, cujos elementos são a alienação e a propriedade privada, a distribuição desigual dos meios de produção influencia fortemente as oportunidades de trabalho, destarte poucos se inserem e muitos são excluídos. Trata-se de uma pesquisa de campo de natureza qualitativa, ancorada na Psicologia Histórico-Cultural e embasada pelo materialismo histórico-dialético. Objetiva-se analisar as trajetórias laborais de jovens entregadores subordinados a aplicativos em Natal-RN. A amostra foi composta por 10 Jovens, e como critérios de inclusão: a) ter idade entre 18 e 24 anos; b) trabalhar a no mínimo 1 mês como entregador por aplicativo; c) aceitar o registro de consentimento livre e esclarecido (RCLE) e d) aceitar o termo de autorização para gravação de voz. As entrevistas foram gravadas, transcritas e lidas exaustivamente. A categoria escolhida para a discussão foi a inserção laboral, relacionada ao eixo "trajetória laboral", que marcou desde os primeiros trabalhos realizados por esses jovens até o momento em que ingressaram na atividade de entrega de aplicativos. Os principais achados foram uma inserção laboral precoce, ocorrendo entre infância e adolescência, em atividades informais, de baixo prestígio social, subremuneradas e precarizadas. As trajetórias são profundamente marcadas pela superexploração do trabalho, os jovens continuam vivenciando um modelo de produção que remonta a indústria 1.0, no qual são exigidas longas jornadas de trabalho e esforço físico intenso para obter uma renda que por vezes não alcança o salário-mínimo. A atividade-guia do jovem adulto é o trabalho, este na sociedade capitalista tem dupla contradição, é atividade humanizadora como também é atividade alienante-alienadora. A humanização é possível através do apoio entre os trabalhadores, manifesta em atividades coletivas transformadoras das condições sociais como greves e mobilizações. Como atividade alienante os jovens têm dificuldade de reconhecer como um trabalho legítimo, sendo considerado um *hobbie* ou extra. Esse fenômeno representa obstáculos frente à busca de direitos trabalhistas. A falta de acesso aos direitos perpetua o ciclo de desigualdade e vulnerabilidade dos jovens periféricos na América Latina.

Palavras-chave: inserção laboral; juventudes; uberização; materialismo histórico-dialético; psicologia histórico-cultural.



IV Seminário

MARX
HOJE

Temas para uma agenda
política latinoamericana

30, 31/08 e 01/09
UFRN-Campus Natal

AMÉRICA LATINA EM DEBATE: MARXISMO, PENSAMENTO SOCIAL LATINO-AMERICANO E PSICOLOGIA

Soraya Souza de Andrade (sorayasouza.psi@gmail.com)

Júlia Ireno Di Flora

Débora Ferreira Couto Pinto

João Gabriel Carvalho Araújo Mello de Oliveira

Pedro Henrique Antunes da Costa

O trabalho é um relato das experiências do grupo *Psicologia e Ladinidades*, da Universidade de Brasília. Criado em 2020, busca colocar a *América Latina em debate*, se debruçando sobre as particularidades das formações sociais latino-americanas e suas interfaces com a psicologia. Indo além da própria psicologia e da parcialização dos campos do saber-fazer, nos atrelamos a interpretações e *práxis* que constituem o pensamento social latino-americano, sobretudo da tradição marxista ou em diálogo com ela, como, por exemplo, as de: Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Clóvis Moura, Lélia Gonzalez, Emília Viotti da Costa, Heleieth Saffioti, Florestan Fernandes, José Carlos Mariátegui, Frantz Fanon. Tais referências fundamentam ações na tríade ensino-pesquisa-extensão. No ensino, junto a matérias da grade curricular, realizamos grupos de estudo sobre clássicos do pensamento social latino-americano e sobre psicologia e marxismo na América Latina. Nas pesquisas, apreendemos o desenvolvimento da Psicologia brasileira e latino-americana nas formações sociais da região, as quais comungam da condição de dependência. Nisso, analisamos as expressões da luta de classes na Psicologia, em especial as suas interfaces com o Estado, as políticas sociais, o trato com a “questão social” e suas manifestações objetivo-subjetivas. Na extensão, temos o curso *Marxismo e Psicologia*, que abordou aproximações e desencontros entre tais campos, e o projeto *Resgatando a Memória da Psicologia Latino-Americana*, que debate vida e obra de importantes nomes da psicologia contra-hegemônica de *Nuestra América*. São iniciativas online, gratuitas, em que convidados de toda a região contribuem à formação crítica de profissionais e estudantes, ao tratarem de temas e autores pouco explorados na formação psi. Destacamos, por fim, o projeto *Saúde Mental & Militância no Distrito Federal*, em que desenvolvemos ações junto a organizações políticas (partidos, sindicatos e movimentos sociais) e militantes locais, incluindo atendimento psicológico via estágio, de modo a potencializar a militância no campo da saúde mental (e o próprio campo) e a fomentar a abordagem da saúde mental na/pela militância, fortalecendo-a também. Consideramos que o conjunto de atividades contribui para o fortalecimento do marxismo, adensando a análise concreta dos problemas concretos de *Nuestra América*, tomando-os como problemas também da psicologia, face ao seu potencial de contribuir para outro horizonte societário.

Palavras-chave: Marxismo; Pensamento social latino-americano; Psicologia; América Latina.



A ORGANIZAÇÃO DO FASCISMO CHILENO PELO TESTEMUNHO DE RUY MAURO MARINI

Antonio Matheus Bezerra Costa (antoniomatheusprof@gmail.com)

O trabalho pretende debruçar-se sobre a visão que o intelectual marxista Ruy Mauro Marini teve da organização e movimentação do fascismo chileno nos períodos anteriores ao golpe de estado de 11 de Setembro de 1973, liderado por Augusto Pinochet. Sendo Marini um dos principais pensadores sociais críticos latino-americanos, é de muita valia analisar a sua visão enquanto agente e observador daquele momento histórico - já que ocupava cargos de muita importância política, em especial no movimento que protagonizou a luta de esquerda radicalizada naquele momento, o MIR (Movimento da Esquerda Revolucionária). Assim, cumprindo com a responsabilidade constitucional de divulgar e reforçar a cultura e identidade latino-americana, o trabalho pretende também refletir no papel social que esse destacado pensador desempenhou em tempos de profunda luta política em *abya yala*, o que fornece horizontes aos atuais dilemas históricos - relativos à ascensão do neofascismo. Compreender como a extrema-direita chilena se organizou e movimentou-se no período de extrema polarização política; Entender como o marxismo se vinculou ao pensamento de Marini no tocante a sua visão sobre a extrema-direita chilena. A metodologia utilizada foi a de análise de fontes históricas. Foram estudadas as publicações de Marini na revista chilena Chile Hoy. Em 1973, Marini relata um fascismo que ainda não tinha apoio popular, mas que se organizava sobretudo nos bastidores dos maiores representantes da direita chilena - a Democracia Cristã e o Partido Nacional. Estes, desde a vitória de Salvador Allende, organizavam movimentos extraparlamentares - como os grêmios empresariais e o *patria y libertad* que tinham em sua prática o uso do terrorismo, da sabotagem e a defesa radical do anticomunismo. Segundo Marini, a criação dessas organizações simbolizou uma etapa crucial do desenvolvimento do fascismo no Chile, pois anunciavam a articulação da extrema-direita e sua tentativa de obter apoio popular por meio dos militares, o que findou por produzir um movimento de massas reacionário, apoiados pela grande burguesia chilena e pelo imperialismo estadunidense. O fascismo também seria favorecido pelo reformismo da Unidade Popular, questão esta profundamente criticada pelo marxismo revolucionário de Marini, que defendia categoricamente a organização do proletariado e dos setores populares em armas, para frear a contra ofensiva burguesa.

Palavras-chave: América Latina; Socialismo Chileno; Ruy Mauro Marini; Fascismo.



FLORESTAN FERNANDES E A DERROTA DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA PELA CONSTITUIÇÃO DE 1987-1988

Ítalo Gimenes Dias da Fonseca (italogfonseca@hotmail.com)

Este trabalho é baseado na dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação da UFRN intitulado “Florestan Fernandes e a derrota da revolução democrática pela Constituição de 1987-1988” que discute os escritos de Florestan Fernandes produzidos após o ano de 1980 sobre o processo de “redemocratização” do Estado brasileiro e as origens da chamada Nova República. Buscamos extrair de sua análise uma contribuição ao marxismo para a interpretação do Estado brasileiro e da Nova República, de modo a extrair uma reflexão crítica acerca da atual bancarrota desse regime. O trabalho foi realizado mediante a revisão de literatura, tanto da obra de Florestan Fernandes, como de comentadores, assim como conteúdos audiovisuais da época disponibilizados na Internet. Dos debates trazidos à baila estão 1) o conceito de autocracia burguesa em Florestan Fernandes, como condutor do processo de revolução burguesa no Brasil. 2) Suas expressões ao longo do que Florestan denominou de “transição pactuada” do final da ditadura e a oportunidade histórica aberta pelo ascenso operário iniciado em 1978 no ABC paulista de pôr fim ao fenômeno da autocracia burguesa no Estado brasileiro. E finalmente, 3) o porquê – na avaliação de Florestan – a autocracia derrotou uma revolução democrática em potencial e como essa autocracia se expressa no novo regime, apontando reflexões acerca do PT na sua fundação e atuação ao longo desse período, com as quais dialogamos e apresentamos uma interpretação crítica às conclusões do autor.

Palavras-chave: Florestan Fernandes; Constituição de 1988; Estado brasileiro; Ditadura Militar; Estado.



IV Seminário

MARX
HOJE

Temas para uma agenda
política latinoamericana

30, 31/08 e 01/09
UFRN-Campus Natal

VISÕES SOBRE A BURGUESIA BRASILEIRA EM NELSON WERNECK SODRÉ E FLORESTAN FERNANDES

Pedro Zacarias Costa de Oliveira (pedro.zacarias@ebserh.gov.br)

Tema bastante estudado pelo marxismo brasileiro especialmente no período anterior à ditadura empresarial-militar, o caráter político e social da burguesia brasileira foi discutido por autores como Nelson Werneck Sodré e Florestan Fernandes. O primeiro dedicou-se ao estudo específico da classe burguesa no Brasil, de sua história e de seu agir política, resultando na compreensão predominante até o golpe, de que a principal contradição para a burguesia interna seria contra o latifúndio, com caracteres feudais, e contra o imperialismo, a justificar uma frente política em defesa de uma revolução nacional com o proletariado. Já o segundo, escrevendo sob a vigência do regime ditatorial, vislumbrou a impossibilidade prática de uma frente interclassista, observando que as relações capitalistas já haviam se instalado há muito, não convivendo com qualquer traço feudal, e que isso resultava da forma dependente de inserção da economia nacional no mercado mundial. O artigo pretende contrastar estas duas visões, apontando a divergência político-prática que resulta das distintas análises e, por último, trazer elementos atuais sobre a burguesia brasileira de modo a verificar qual construção teórica alcançou, com maior precisão, o caráter da classe dominante do país.

Palavras-chave: burguesia brasileira; Florestan Fernandes; Nelson Werneck Sodré; burguesia nacional; burguesia dependente.

Palavras-chave: burguesia brasileira; Florestan Fernandes; Nelson Werneck Sodré; burguesia nacional; burguesia dependente.



TRANSFERÊNCIA DE MAZELAS COMO CONTRAFACE DA TRANSFERÊNCIA DE VALOR NA AMÉRICA LATINA

Gustavo de Aguiar Campos (gustavodeaguiarcampos@hotmail.com)

Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira

A América Latina é constituída não por uma identidade comum, mas uma unidade-diversa em relação aos países centrais, fruto da histórica divisão internacional do trabalho desde a invasão e colonização das terras de cá pelos países europeus. Tal divisão transformou-se com o desenvolvimento capitalista, entretanto, o caráter dependente e heteronômico posto nela permanece como condição estrutural da região. A divisão internacional do trabalho tem como tendência o processo de exportação de capitais e transferência de valor dos países dependentes para os países centrais. São diferentes mecanismos de transferência que conformam, via de regra, um lucro médio superior ao mais-valor produzido que é apropriado pela burguesia dos países centrais. Este trabalho volta-se à discussão do que compreendemos como contraface da transferência de valor. A partir das contribuições da Teoria Marxista da Dependência, da tradição marxista latino-americana e do pensamento social brasileiro, buscamos analisar os processos de violência e expropriação estruturais da realidade da América Latina, com enfoque especial na violência estatal como expressão de uma forma de ir-sendo capitalismo na região. Trata-se de um ensaio teórico que visa apreender, portanto, a repercussão interna aos países dependentes da transferência de valor e a um outro tipo de transferência, no sentido oposto àquela, que temos buscado apreender como a transferência do conjunto de mazelas do capital, em suma, de sua barbárie, aos países da periferia capitalista. Debateremos, nesses termos, que há não só uma ampliação das expressões da contradição capital-trabalho na região latino-americana, mas que no cenário mundial, é possível exportar, mesmo que não completamente, tais contradições à periferia capitalista. Esse cenário tem sido cotidianamente expresso, seja por meios mais diretos, como em embargos econômicos e ditaduras empresariais-militares com apoio das potências imperialistas, seja em incursões assim chamadas democráticas, com financiamento policial e militar, ou, ainda, na disputa ideológica das políticas sociais. Não é ao acaso, portanto, que os países centrais tenham galgado avanços democráticos. Tendo isso em vista, considera-se fundamental que a análise das expressões da contradição capital-trabalho e das formas de violência em nossa realidade sejam matizadas em suas determinações econômico-políticas e nas relações hierárquicas entre capitais e Estados-nação.

Palavras-chave: dependência; América Latina; violência.



IV Seminário

MARX
HOJE

Temas para uma agenda
política latinoamericana

30, 31/08 e 01/09
UFRN-Campus Natal

TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo 2: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista



A RELAÇÃO DO HUMANO COM A NATUREZA E O CONCEITO DE TRABALHO

Leonardo Domingos Braga da Silva (leonardexistimans@live.com)

Exporei o resultado de uma pesquisa em desenvolvimento sobre o conceito de trabalho e a forma de pensar a natureza dentro do marxismo. Tal pesquisa visa investigar o conceito de trabalho da tradição marxiana, buscando explicitar a dificuldade em conceber uma relação do humano com a natureza para além do domínio sobre e negação do *self* e da natureza, tomando inspiração e ponto de partida na crítica de Aílton Krenak (em *Ideias para adiar o fim do mundo*) à ideologia desenvolvimentista e sua consequente destruição da natureza e modos de vida. O segundo momento é o confronto com a obra de Marx, em especial os *Manuscritos Econômico-filosóficos (MEF)*, buscando observar o possível desenvolvimentismo e metafísica do conflito entre humano e natureza. Como resultado, busco encontrar nos MEF elementos para me contrapor a: uma leitura do trabalho e da técnica como essencialmente um distanciamento da natureza numa “luta pela sobrevivência” na qual o humano tenta se livrar das penúrias que a natureza lhe impõe ao formar sociedades (ideia comum e que podemos encontrar em Freud no *Mal-estar na Civilização*); e contraponho-me a noção de uma superioridade do humano em relação todo o resto dos viventes; permitindo, pois um pensar ecológico ao demonstrar a especificidade histórica da alienação e conflito com a natureza que o capitalismo provoca. Busco também em Marcuse (*Heideggerian marxism*) uma alternativa para pensar além do paradigma biológico e economicista que envolve o conceito de trabalho; já em Žižek (*Menos que Nada*) encontro um chamado para o marxismo se desvencilhar do paradigma do que ele chama de “produtivismo”. Ao cabo, observamos que não foi possível desvencilhar o trabalho de uma ontologia da negatividade (pensando-a como pôr teleológico e negação da natureza, todavia, compreendida como “fazer o movimento que já está inserido na própria natureza”, portanto, uma negação construtiva e não destrutiva). Assim, para ir além da economia e da satisfação da necessidade, penso o trabalho com Marcuse (contra a ideia de que a economia visa satisfazer as necessidades que advêm de ser um ser natural de tipo biológico, defende que o humano está no labor com seu aspecto biológico e na totalidade de seu ser); e para pensar como uma busca de equilíbrio ecológico e metabólico com a releitura de Kohei Saito do *Capital*, na qual ele prova o crescente interesse ecológico de Marx ao longo de sua vida.

Palavras-chave: Marxismo; filosofia da natureza; trabalho; ecossocialismo.



NEXOS INTERNOS DA DETERMINAÇÃO SOCIAL DOS SOFRIMENTOS PSÍQUICOS

Vanessa Clementino Furtado (furtado.vc@gmail.com)

O presente trabalho visa apresentar os mecanismos processuais da Determinação Social da Saúde para apreensão da gênese social e histórica dos sofrimentos psíquicos, a partir do método materialista-histórico e dialético, da Ontologia do Ser Social e da Psicologia Histórico-Cultural. Se, em outro momento discorreremos sobre os sofrimentos psíquicos como forma de expressão da "questão social" (Furtado, 2021), neste trabalho buscamos desvelar os "Nexos Internos" da Determinação Social da Saúde e como os modos de produção e reprodução da vida na sociabilidade capitalista engendram formas de sofrimento e adoecimento psíquicos. O estudo teórico parte das discussões da epidemiologia crítica latinoamericana (Laurell e Breilh) que, por meio da conceituação da Determinação Social da Saúde, apresenta uma crítica ao modelo biomédico para apreensão do processo saúde e doença. O debate da epidemiologia crítica aponta para as formas de produção e reprodução social como fatores essenciais para a análise do processo de adoecimento, demonstrando que a essência desse processo está em sua determinação social e não biológica. Esta demonstração, por sua vez, está calcada na análise dialética do fenômeno de adoecimento e em como os processos biológicos estão suprasumidos aos sociais. A suprasunção do biológico, em que os processos biológicos humanos são transformados e modificados, sendo determinados pela relação dialética estabelecida entre indivíduo e meio social; a epigenética segundo Lewontin (2000), que apresenta a importância da influência do meio para a transmissão de características genéticas, e, como as práxis sociais, como a linguagem, historicamente se configuram como forma de transmissão e construção de características individuais; o conceito de plasticidade em Vygotski (1930/2011) e Levins e Lewontin (1981) que expressa a capacidade do organismo se moldar às ações de sua relação com o meio social e carregar as marcas dessa mudança; e do conceito de "vivência" em Vygotski (1933-34/2018) que se configura como sendo o momento predominante da realização no campo da particularidade do complexo produção-reprodução social, configuram o que denominamos "Nexos Internos" da Determinação Social da Saúde. Assim, buscamos apresentar aportes teóricos-metodológicos para a superação do modelo biomédico e apreensão da gênese social e histórica dos sofrimentos psíquicos, por meio da inter-relação entre os processos imanentes à Determinação Social da Saúde.

Palavras- Chave: Sofrimento Psíquico; Biológico Suprasumido; Epigenética; Vivência; Plasticidade Biológica



OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DA UNIDADE EXPLORAÇÃO-OPRESSÃO

Paulo Wescley Maia Pinheiro (paulo.pinheiro@ufmt.br)

O presente texto é a síntese da tese de doutorado onde apresentamos a pertinência dos fundamentos da ontologia do ser social para desvendamento da unidade exploração-opressão. Articulando criticamente os acúmulos teóricos de Marx (2011, 2013) e Lukács (2018), do feminismo marxista (CISNE, 2014; SAFIOTTI, 1984) e do marxismo antirracista (DAVIS, 2016)) e anticolonial (FANON, 2008, 2010), adensamos a complexidade da Teoria da Reprodução Social (ARRUZZA, 2022) para pensar as questões de classe, raça/etnia, gênero/sexo e sexualidade, demonstrando que estas reflexões desvendam determinações com ênfases metodológicas diversas, se aproximando sucessivamente de sua essência quanto mais estruturam as análises por uma síntese unitária que articule os fundamentos da alienação do trabalho, da alienação colonial e da alienação sexual. Pelo método do materialismo e histórico e dialético, utilizando de procedimentos metodológicos que perpassaram pela análise bibliográfica e processos de abstração racional diante da realidade, supramos os dados imediatos e demonstramos que, assim como o trabalho é a categoria fundante do ser social, a alienação é a categoria ontológica da unidade exploração-opressão. Dessa forma, enquanto a primeira é a fonte de humanização do mundo e da diversidade humana, a alienação é o postulado para a desefetivação do ser e da produção social das desigualdades e de suas naturalizações pautadas na dominação, desumanização, coisificação, hierarquização e apropriação. No amadurecimento do capitalismo e de sua base racista e heterocispatriarcal, mais que funcionalidade, a opressão se realiza em unidade com a exploração. A reprodução social ampliada promove a subjetivação de formas de alienação que hipertrofiaram o *ethos* do tipo humano burguês, ou seja, do detentor dos meios de produção, homem, branco, cis, heterossexual, europeu, judaico-cristão, liberal, defensor da razão formal-abstrata e familista. A expropriação contínua potencializa a exploração, ao passo que também aprofunda opressões no interior das classes, amplificando estranhamentos entre os sujeitos, diversificando a massa populacional de reserva como uma mercadoria com distintos valores de troca, a saber, pelo tempo socialmente necessário para sua produção e reprodução onde, a depender dos seus corpos, identidades, territórios e relações, esta dimensão eleva ou rebaixa a sua precificação salarial e sua relevância, visibilidade e até autorização para sua descartabilidade e extermínio.

Palavras-chave: alienação; unidade exploração-opressão; ontologia do ser social



EU, EMPREENDEDOR DE MIM? CRÍTICA DA CRÍTICA SUBJETIVISTA AO NEOLIBERALISMO

João Gabriel Carvalho Araújo Mello de Oliveira (joao.gcam@gmail.com)

Arthur Schmelling Costa

Pedro Henrique Antunes da Costa

O presente trabalho teórico é um esboço analítico das determinações objetivas e subjetivas do neoliberalismo a partir do materialismo histórico-dialético no pensamento social brasileiro, como nas interpretações de Carlos Nelson Coutinho e Nelson Werneck Sodré. Contrapomos análises do neoliberalismo como nova razão de mundo, que universalizam a lógica concorrencial e modelos gerenciais de subjetividade, produzindo sujeitos empreendedores de si. Elas privilegiam as determinações internas do neoliberalismo, as elaborações discursivas de seus ideólogos e perdem de vista a totalidade, articulada por mediações complexas entre relações sociais de produção, forças produtivas e formações ideais. Portanto, o resgate das condições particulares de desenvolvimento do Brasil é essencial para uma compreensão totalizante do neoliberalismo e das possibilidades de sua superação. Por exemplo, para Coutinho, a categoria contrarreforma é central da “época neoliberal”, pois a destruição de direitos e conquistas da classe trabalhadora visa restaurar o padrão de acumulação, baseado na supremacia da ordem do mercado, apresentando falsamente tais retrocessos como reformas. Sodré compreende a fabricação do consenso em torno da ordem de mercado a partir da crítica à ideologia do “fim da história”, segundo a qual não há alternativas fora da sociabilidade capitalista. O neoliberalismo não seria uma nova razão de mundo, mas a atualização e radicalização das características mais arcaicas do desenvolvimento capitalista brasileiro, que emerge no âmbito de relações coloniais e engendra patamares barbáricos de exploração da força de trabalho (mormente negra) e de submissão cultural e ideológica, sob o falso verniz de modernização tecnocrática, numa dialética arcaico-moderno. Tal época produz, enquanto expressão política, o que Coutinho chama de “hegemonia da pequena política”, eliminando a disputa por projetos societários alternativos, reduzindo horizontes táticos e estratégicos à administração tecnocrática do existente, agravada pelo transformismo, a cooptação das lideranças das classes populares e o alijamento de processos políticos. A crítica ao neoliberalismo pelo empresariamento de si estabelece o problema num nível subjetivista, não apontando as determinações concretas dos processos subjetivos, numa dialética objetiva subjetiva. Alertamos, ainda, que a persistência dessa ideologia pode desarmar a classe trabalhadora na busca por possibilidades emancipatórias para além do capital.

Palavras-chave: Neoliberalismo; pensamento social brasileiro; marxismo; subjetividade; formação social brasileira



A FACE OCULTA DO EMPREENDEDORISMO: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA MARXISTA

Luana de Andrade Pinheiro Borges (luanapinheiroborges@gmail.com)

Aline Juliana Barbosa de Oliveira

Aline Francilurdes Nery do Vale

Emilly Bezerra Fernandes do Nascimento

Janaynna de Moura Ferraz

Mayara Carla Marques

Esta revisão de literatura tem como objetivo analisar o empreendedorismo como desdobramento da precarização do trabalho, observando a estrutura socioeconômica brasileira e expondo as contradições inerentes ao sistema capitalista. Parte-se da teoria marxista como meio potente e necessário para desvelar as contradições do capital, especialmente quanto à luta de classes e à exploração da força de trabalho (FERRAZ, 2020), por isso, nos valem do método crítico-dialético como matriz teórica, buscando o conhecimento do objeto em sua estrutura e dinâmica (NETTO, 2011). A prática empreendedora, de acordo com Ferraz (2021), corresponde ao reflexo do avanço das forças produtivas. Além disso, ela surge no discurso capitalista como alternativa ao cenário de crise, a qual tem como elementos fundamentais os altos níveis de desemprego, as ascendentes formas de precarização do trabalho e a descrença de inserção em melhores ocupações (FRANCO; FERRAZ, 2019). Nesse contexto, observa-se uma predominância de populações pauperizadas e mal remuneradas, sujeitas a um regime de trabalho exaustivo e às condições sociais de produção características do modelo taylorista (DIAS, 2020). Em vista disso, o empreendedorismo e a ideia de autonomia e liberdade são algumas das falácias apresentadas como "saída" para a crise e o cenário de desemprego e pauperização, ocultando a verdadeira face de aprofundamento da precarização do trabalho e das condições de reprodução da força de trabalho. Ademais, Ferraz (2020) aponta que o empreendedorismo, inserido na lógica da precarização, é apenas uma das ferramentas contraditórias do capital, posto que possibilita celeridade na ampliação do ciclo do capital a partir do momento em que rebaixa o valor da força de trabalho e alimenta o exército industrial de reserva, intensificando a realidade de pauperização da classe trabalhadora. Conclui-se, portanto, que o empreendedorismo no Brasil consiste em uma ideologia evocada para conciliar e omitir a expropriação do trabalho; e não como um mecanismo de disputa para modificações na estrutura da relação capital-trabalho (FERRAZ; FERRAZ, 2022).

Palavras-chave: Empreendedorismo; Precarização do trabalho; Teoria Marxista.



AS CRISES DO CAPITALISMO COMO ESTRUTURAL DO MODO DE PRODUÇÃO

Angely Dias da Cunha (angelyddias@gmail.com)

O presente artigo tem objetivo de analisar as crises enquanto elemento estrutural do modo de produção. Parte do pressuposto de que para compreender as instituições e as próprias políticas sociais, é necessário entender suas características, como se manifestam, suas causas e suas consequências na sociedade. Diante disso, por meio de pesquisa qualitativa, mas que leva em consideração os dados quantitativos, revisão bibliográfica, sob a luz do método crítico-dialético, tem-se a finalidade de apresentar às crises como oriundas, inelimináveis e constitutivas do capitalismo, pois suas raízes estão alicerçadas na lei geral da acumulação capitalista, definida como uma contradição típica do modo de produção, que ocasiona um aumento de riqueza produzida apropriada pela classe dominante ao mesmo tempo em que crescem o exército industrial de reserva e o pauperismo. Essa contradição comunga com a exploração do trabalho e acumulação de riqueza, cuja consequência é o processo de centralização e concentração do capital. Nessa perspectiva, a crise estrutural revela a capacidade destrutiva do próprio sistema, pois a produção e consumo supérfluo acabam gerando a corrosão do trabalho, com as sua consequentemente precarização e o desemprego estrutural, além de impulsionar uma destruição da natureza em escala global. A injunção radical entre produção para as necessidades e autorreprodução do capital se torna uma eclosão de precipitação. Diante de uma crise, o Estado assume algumas funções, que de acordo com Mandel 1982) são: 1) a) criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante; 2) Reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo de produção corrente através do exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário 3) integrar as classes dominantes, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem suas próprias exploração sem o exercício direto da repressão contra elas. Por fim, entre os autores utilizado no artigo citamos: Marx, Mandel, Meszáros, Netto, Antunes e Luckács.

Palavras-chave: Crise; capitalismo; modo de produção.



PSICOLOGIA E MARXISMO: APROXIMAÇÕES A PARTIR DA CRÍTICA À CIÊNCIA MODERNA

Cecília Tavares Guimarães (ceciliatguimaraes@gmail.com)

Ana Ludmila Freire Costa

Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira

Na história da ciência, a subordinação aos ditames do modo de produção capitalista modifica os objetivos pelos quais o conhecimento se organiza inicialmente. A preocupação de que o conhecimento sirva para resolver os problemas reais da sociedade perde espaço para um saber que favoreça a reprodução do sistema, seja tecnicamente no incremento da produção ou ideologicamente na reafirmação do status quo. A transformação fundamental que se observa no conhecimento científico é o abandono da ontologia em favor da gnosiologia. A segmentação da totalidade do real em ramos do conhecimento específicos configura uma visão tecnocrática de interferir sobre a realidade, principalmente no que se refere à separação da Filosofia. A fragmentação do conhecimento, na qual cada ramo específico se desenvolve a partir do pedaço que lhe cabe conhecer, menospreza o entendimento do funcionamento e das contradições do todo social. Oswaldo Yamamoto subjugua o contexto de gênese da Psicologia a esse processo mais amplo que subordina a ciência ao capital. A psicologia é uma ciência tardia, portanto a força motriz dessa gênese se associa com o interesse na apologética da ordem instituída, assim como discute Fernando Lacerda Jr. Desde então, vê-se um perfil alinhado ao projeto capitalista. A parcelização dos conhecimentos em áreas autônomas, que pouco dialogam, permite uma fragmentação de um objeto de estudo global em diversas partes, não por coincidência, tal como ocorre com a divisão social do trabalho. O contexto social e as contradições de classe foram negligenciados durante muito tempo, colaborando para a cultura do profissional de Psicologia liberal, neutro, clínico. O diálogo com o Marxismo tem possibilitado, além da reflexão acerca da sua função social, empreender discussões que objetivem desvelar a ideologia presente na Psicologia, ou seja, reivindicar na obra de Marx e Engels uma crítica Marxista da Psicologia, bem como a construção de um novo referencial teórico para a área. Porquanto sejam as diversas possibilidades de articulação, compete refletir que não cabe a um conhecimento particular como a Psicologia, sobretudo, na lógica de ciência burguesa, a responsabilidade de uma mudança radical na realidade alvo de seu trabalho, ainda que alguns profissionais e pesquisadoras/es tenham no horizonte o referencial marxiano por adotar a perspectiva da revolução como fim último de sua práxis.

Palavras-chave: Marxismo; Psicologia; Ciência moderna; Crítica.



A IDEOLOGIA NA TEORIA MARXISTA E MARXIANA

Angely Dias da Cunha (angelyddias@gmail.com)

A presente pesquisa tem objetivo de analisar a categoria ideologia na teoria marxista e marxiana. Parte de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica realizada com base na leitura dos autores clássicos da tradição marxista e marxiana, que trazem contribuições para esse debate, como Luckács, Gramsci, Mészáros e Marx. A proposta visa trazer a particularidade no entendimento da ideologia em cada um desses autores. Em síntese, para Luckács (2013) a ideologia é definida como uma forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir no cotidiano de cada uma das formações. Sendo assim, as formas ideológicas são identificadas como meios, como auxílio para os homens poderem, de certa forma, tornarem-se conscientes e até tratar os problemas que preenchem o cotidiano. Mészáros (1999), por sua vez, conceitua que a ideologia pode ser burguesa com uma consciência prática relacionada com os conjuntos de valores e estratégias que buscam a manutenção do sistema, ou pode ser uma ideologia emancipatória construída pela classe trabalhadora na disputada na luta de classe cujo horizonte é outra sociedade. Segundo Gramsci (1999) a ideologia significa uma concepção de mundo, que se revela, na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida, logo, a ideologia está relacionada ao modo que os homens se tornam conscientes (MARX, 2016), ela é instrumento de conscientização e de luta social. Portanto, relaciona-se com as potencialidades oriundas do trabalho – como a ciência, a linguagem, a economia, a educação, a arte – a partir das contradições advindas da exploração do homem pelo homem, mediante a propriedade privada. Diante disso, a ideologia se relaciona ao modo de produção (estrutura e superestrutura), mas sobretudo a vida política em sociedade.

Palavras-chave: Ideologia; Teoria; Categoria; Marxismo.



O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO NA ERA DOS MONOPÓLIOS

Angely Dias da Cunha (angelyddias@gmail.com)

A presente pesquisa tem objetivo de analisar o capitalismo contemporâneo, que se materializa pelo processo de monopolização e financeirização. Está alicerçada no método crítico-dialético e em suas categorias de análises. É uma pesquisa baseada em análise qualitativa e revisão bibliográfica. Diante disso, parte-se da compreensão que o capitalismo monopolista intensifica a alienação e a exploração com a finalidade de crescer os lucros capitalistas mediante o controle dos mercados, centrado na figura dos bancos e no desenvolvimento tecnológico se constitui como fusão do sistema bancário e creditício cujo papel econômico-financeiro é substantivamente redimensionado na esfera da produção e reprodução, provocando um rearranjo na divisão internacional capitalista do trabalho nos setores ainda não monopolizados. Como parte desses fenômenos provocados pela organização dos monopólios, tem-se a financeirização na qual o capitalismo consegue ampliar seus investimentos para uma esfera ilusória comandada pela figura dos rentistas e oligopólios mantidos pela transferência de mais-valia da produção. A gestão desses monopólios converte-se em dominação da oligarquia financeira tendentes a crescer com os lucros excepcionais, os empréstimos estatais, a especulação de terra e a metamorfosear capital monetário inativo em ativo ao render lucro reunindo todo tipo de rendimento monetário a serviço dos capitalistas. Diante disso, o capitalismo financeiro se traduz pela soma das instituições financeiras com o capital industrial, que passa a determinar todo o processo de desregulamentação do mundo do trabalho, ditando a forma acumulativa da atual fase do capitalismo. Essa estreita ligação entre os bancos e as empresas industriais e comerciais impulsionam a posse de ações e a participação de diretores bancários e agentes governamentais nos conselhos de administração das empresas. Esse processo passa a gerir não apenas as formas acumulativas, como também as determinações políticas, culturais e sociais. Entre os autores utilizados para fundamentação, foram esses: José Paulo Netto, Karl Marx e Vladimir Lênin.

Palavras-chave: Capitalismo; Monopólios; Financeirização.



IV Seminário

MARX
HOJE

Temas para uma agenda
política latinoamericana

30, 31/08 e 01/09
UFRN-Campus Natal

TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo 3: Formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais



A PRÁTICA DO EXPERIMENTO ENQUANTO DIDÁTICA DO PEDAGOGO NO ENSINO DE CIÊNCIAS

Helena Ferreira Duarte (helena24.fd@gmail.com)

O presente relato de experiência ocorreu durante o Estágio de Docência no Ensino Superior, como disciplina obrigatória do Curso de Doutorado em Educação da Universidade Estadual do Ceará – UECE, realizado em uma turma de sétimo semestre do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará – UFC, com 33 alunos(as) matriculados(as), durante o primeiro semestre do corrente ano. Pautados em Marx e Engels, temos uma teoria que contesta as bases do capitalismo e consequentemente o seu modo de fazer e pensar sobre ciência. Uma teoria que revolucionariamente assinala não meramente uma metodologia científica, mas os princípios para uma nova forma de sociabilidade humana, e assim, também, uma nova maneira de relação entre o ser social e o mundo, mediado pela ciência. No decorrer do estágio, colaborei com a professora regente na organização das atividades complementares necessárias ao bom andamento da disciplina, como seminários, busca da bibliografia necessária às discussões, como também na participação dos diálogos em sala de aula. Na disciplina, buscamos discutir sobre o que é ciência, e de forma reflexiva, propor aos discentes que recordassem suas experiências quando alunos(as) da educação básica, questionando-se sobre como é e/ou como deve ser o ensino de ciências. A disciplina apresentou, dentre outros objetivos, examinar as relações existentes entre os conceitos cotidianos e científicos, como também o desenvolvimento tecnológico, analisando suas implicações na sociedade contemporânea à luz da evolução histórica da ciência; explorar o processo de formação dos conceitos científicos na idade escolar à luz do pensamento de Vigotski, pontuando suas contribuições para a prática de ensino na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, etapas estas que contemplam o campo de atuação do pedagogo. Como avaliação, observamos os seguintes critérios: o desempenho global do(a) aluno(a) na disciplina, como participação nas aulas, assiduidade, entrega e apresentação dos trabalhos; autoavaliação e produção de artigos sobre as temáticas trabalhadas no decorrer da disciplina. Diante da experiência, pudemos perceber, na turma, um discurso bem crítico, um embate em relação ao que conhecem como prática com o ensino de ciências hoje e os debates, discussões, questionamentos tidos no decorrer da disciplina. Pautados no materialismo histórico-dialético, compreendemos que para transformar a realidade só é possível se conhecermos a essência desta, por isso a relevância de se ater à realidade atual em sua essência, não em sua aparência e para se conhecer, é basilar o processo do experimento.

Palavras-chave: Ensino de Ciências; Pedagogia; Experimento.



PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E RESIDÊNCIA EM SAÚDE COLETIVA: IMPLICAÇÕES PARA FORMAÇÃO

Júlia Ireno Di Flora (julia.diflora@upe.br)

Lorena Correia Leal Rocha

Caroline de Paula Batista

Trata-se de um relato de experiência em andamento na V Gerência Regional de Saúde de Pernambuco, cenário de prática no qual atuamos enquanto residentes de Saúde Coletiva desde março de 2022. O presente estudo objetiva analisar a precarização do trabalho na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e os impactos no processo de formação em saúde, à luz da Economia Política da Saúde em sua perspectiva marxista, como propõem Mendes e Carnut. Compreende-se a adoção de políticas de austeridade por meio da introdução de modelos privatizantes e do subfinanciamento da saúde como manifestações concretas da crise do capital em sua forma neoliberal, quando a mercantilização da força de trabalho e dos bens sociais - com destaque para a saúde, se intensifica. Nesse contexto, contaminado por parcerias público-privadas, observa-se a precarização do trabalho, que se manifesta pela fragilidade dos vínculos empregatícios através de contratos temporários, baixos salários, ausência de plano de cargos e carreiras e número insuficiente de profissionais, levando à necessidade de acumular múltiplos vínculos de trabalho, inclusive em espaços privados de gestão, assistência e formação em saúde. Como resultado, a ausência e/ou a rotatividade de profissionais para desempenhar determinadas funções, aliada a sobrecarga de trabalho, acabam desarticulando o acompanhamento e o monitoramento de políticas públicas e sociais que interferem no cuidado em saúde, inviabilizando os princípios organizativos de regionalização e hierarquização do SUS. Quando a saúde e o trabalhador são encarados como mercadorias, a gestão atende à lógica de mercado, focalizando noções como custos e eficiência, em um quadro balizado pela competição e o discurso de valorização da técnica. No entanto, de maneira contraditória, até mesmo a formação técnica das residentes é lesada, dada a indisponibilidade e desqualificação de preceptoria (condutora da apropriação da prática) diante do quadro apresentado, a quem falta também a continuidade de uma formação crítica. Soma-se a isso, no âmbito do ensino, a concepção educacional que mimetiza a lógica de produção capitalista. O movimento teórico-prático de observação-ação-reflexão no contexto da residência nos permite reconhecer as contradições que expressam a materialização, no setor saúde, do avanço neoliberal na particularidade de um capitalismo periférico dependente, o que nos orienta ao resgate das raízes da Saúde Coletiva e do Movimento pela Reforma Sanitária Brasileira.

Palavras-chave: Residência em Saúde Coletiva, precarização do trabalho, neoliberalismo



OS REFLEXOS DA MERCANTILIZAÇÃO E DA PRIVATIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE MENTAL

Mariana Leonhardt Ramos (leonhardtmariana@gmail.com)

Camila Guaranha

Este trabalho tem como tema a atuação da Vigilância Sanitária (VS) em estabelecimentos de saúde mental, a partir das vivências práticas no campo buscaremos realizar uma reflexão tomando como ponto de partida o método do materialismo histórico-dialético. Tais estabelecimentos representam os reflexos do desinvestimento na política da Reforma Psiquiátrica (RP), bem como na privatização e da mercantilização da saúde mental no Brasil, reverberando a Contrarreforma Psiquiátrica (CP) em vigor. A CP reflete a ofensiva do capital em sua forma neoliberal e conservadora. O objetivo do trabalho é situar quais são as principais problemáticas encontradas nas inspeções sanitárias. As vivências que embasam as seguintes reflexões ocorrem no núcleo da VS municipal, que tem por responsabilidade a realização de inspeções sanitárias em Comunidades Terapêuticas (CT), Moradias Protegidas Privadas (MPP), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT). O período ao qual se refere este relato de experiência é de março de 2023 a junho de 2023, por ser a temporalidade que compõe o cenário de práticas do programa de residência integrada em saúde. As inspeções realizadas no período evidenciam que a maioria dos estabelecimentos de saúde mental apresentam um grande número de inadequações sanitárias, além de oferecerem risco à saúde. Em MPP há a hipermedicalização dos residentes, a parca oferta de espaços terapêuticos ou de projetos de reinserção na comunidade. Já nas CT, encontram-se práticas de laborterapia que, por vezes, se assemelham a trabalhos análogos à escravidão. As CT são o reflexo da implementação da CP, pois se fundamentam no modelo manicomial e na mercantilização da saúde. Na sua contramão, temos serviços como CAPS e SRT baseados no cuidado territorial e em liberdade preconizados na RP, ofertados pelo Estado e nos quais verificamos práticas de cuidado. Nas inspeções sanitárias é possível visualizar o manicômio reeditado atravessado por um jogo de forças políticas, sociais e econômicas que se imbricam e produzem um modelo de saúde mental cada vez mais distante dos ideais da RP. Até então a RP tem se ancorado em valores do capitalismo, tal como o enfoque na mudança legislativa, entretanto não se funda na emancipação humana para reivindicar mudanças no cuidado em saúde mental. É preciso dar um novo passo através da radicalização da luta da RP com a perspectiva de um horizonte que vise um novo modelo societário, revolucionário e socialista.

Palavras-chave: Saúde mental; Reforma Psiquiátrica; Contrarreforma Psiquiátrica; Vigilância em Saúde; Vigilância Sanitária.



DESAFIOS DA PSICOLOGIA NA ESCOLA DIANTE DE UMA LEITURA MARXIANA DA REALIDADE

Larissa Castelhão de Sousa (castelhao03@gmail.com)

Laura Lorenzetti

Mariana Gentili Perez

Raquel Souza Lobo Guzzo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os desafios enfrentados pela psicologia na escola a partir de uma leitura marxiana da realidade e um posicionamento ético-político dimensionado pela busca histórica da libertação de povos oprimidos. Orientada por bases teóricas de episteme fundamentada em Marx, serão discutidos os desafios enfrentados na práxis cotidiana da psicologia na comunidade escolar e apresentados apontamentos sobre a formação básica generalista da psicologia. As principais dificuldades a serem discutidas referem-se à visão estigmatizada e estanque acerca de estudantes, por parte da comunidade escolar, à própria realização da ruptura com a psicologia hegemônica, às resistências diante de uma prática libertadora e a não conscientização de estudantes sobre as possibilidades de transformação de sua realidade objetiva e subjetiva. Compreendemos que a psicologia foi cunhada em busca de predição e controle de comportamentos de indivíduos para sustentação do sistema capitalista de produção, como justificativa de ser a única forma de organização econômica e social. As profissionais de psicologia são formadas com uma gama difusa e desconexa de concepções de ser humano, as quais não conversam com a realidade do seu trabalho, dificultando sua inserção e a transformação do campo de trabalho. Para isso, a psicologia na escola deve lançar mão de uma leitura marxiana da realidade, uma vez que Marx defendeu que o ser humano realiza ações no mundo, modificando-o e a si mesmo, por meio da superação da dialética. Enquanto método, a dialética, com seu caráter crítico e autocrítico, possibilita olhar para o passado com o que se apresenta no presente e nos incita a estar sempre em revisão, visando a mudança social. A atuação, portanto, da psicologia na escola, deve se fundamentar na perspectiva crítica da psicologia. Por fim, serão apontadas possibilidades de enriquecimento da práxis da psicologia inserida no campo educacional, orientada por essa proposta teórico-metodológica, percorrendo sobre o seu alinhamento com o direcionamento ético-político da profissão para redução das contradições que se apresentem como prejudiciais à prática profissional. Também será destacada a importância e necessidade da defesa de uma intencionalidade alinhada a um projeto societário e a concretização de debates necessários sobre atualização da formação básica em psicologia.

Palavras-chaves: Psicologia Crítica; Psicologia na Escola; Materialismo Histórico-Dialético; Vida Cotidiana; Formação básica em psicologia.



FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA NA PANDEMIA: UM RELATO DE COORDENADORES DE CURSO

Lílian Bruna Fonseca de Souza (lilsbfs@outlook.com)

Ennus Gleison Tavares

Maria de Fátima Araújo

Ana Ludmila Freire Costa

Pablo de Sousa Seixas

Os debates acerca da necessidade do ensino presencial de Psicologia existem há pelo menos uma década. Apesar dos constantes posicionamentos de Entidades de Psicologia Brasileiras, como o Conselho Federal de Psicologia (CFP), contra a implementação de uma modalidade à distância, com o surgimento da pandemia da covid-19, em caráter de exceção, foi implementado o ensino remoto para todas as Instituições de Ensino Superior (IES). Essa mudança inesperada trouxe dificuldades principalmente no quesito da infraestrutura, adaptação e preparo discente e docente. O presente relato diz respeito a um recorte temático de uma pesquisa realizada com quatro coordenadores de cursos de Psicologia de diferentes IES no Rio Grande do Norte, abordando vivências de formação e ensino no contexto pandêmico. A escolha dos cursos foi pensada a partir da representatividade regional (cursos no interior e na capital) e natureza jurídica (IES públicas e privadas). Com isso, este trabalho pretende demonstrar como se deu na prática as problemáticas supracitadas no que se refere a implementação do ensino remoto nas universidades de um estado do Nordeste. A metodologia utilizada para a coleta de dados foi através de entrevistas semi-estruturadas. A análise das respostas aconteceu simultaneamente a discussão de materiais bibliográficos acerca da história da Psicologia e necessidades educacionais do currículo do curso, sob o olhar da Psicologia Histórico-Cultural. De forma geral, as respostas apontaram dificuldades do uso e acesso de plataformas *online* por parte dos alunos, sobrecarga dos professores e problemas de suporte de condições de ensino e orientações. Além disso, nos cursos de IES públicas, houve uma tentativa de democratização do ensino com a criação de auxílios de inclusão digital. Contudo, isso se mostrou insuficiente visto que não houve um acompanhamento da demanda nem a avaliação da abrangência e efetividade dos recursos disponibilizados. Conclui-se que, apesar do caráter emergencial da Pandemia, a implementação do ensino remoto nesse período pode representar uma resposta mais que pontual, como uma pressão para um modelo formativo que espelhe os ideais neoliberais de maximização de lucros, apresentado sob o argumento de falsas ideias de democratização de ensino — ou seja, com vistas de redução do investimento nos espaços físicos de ensino público, transformando as universidades em espaços virtuais de ensino técnico que servem ao sistema de produção capitalista.

Palavras-chave: Ensino; Formação; Pandemia; Psicologia.



A EXPERIÊNCIA NO CEREST A PARTIR DA PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO

Kimbelly Conrado Moura (kimbelly.conrado.moura@gmail.com)

Vitória Patrícia Bezerra de Medeiros

Maria Elisa de Sousa Oliveira

Renata Xavier Deiga Ferreira

Maria Eduarda de Brito Almeida Matias

Maria Gabriele de Oliveira Araújo

Flora Santos Nüssle

O presente estudo baseia-se na experiência de estágio profissional desenvolvida por uma estudante de graduação de psicologia do (Unifacex), tendo como objetivo principal analisar o exercício profissional em Psicologia no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador Regional de Natal (CEREST), ancorado na perspectiva crítica da Psicologia Social do Trabalho. O estágio aconteceu no período de setembro a dezembro de 2022. Adotou-se como metodologia a observação participante, na qual propõe a união do objeto ao seu contexto, analisando a realidade social que o rodeia. Em decorrência das transformações no mundo do trabalho, sob o sistema capitalista, inúmeras são as consequências ao trabalhador. Assim, de forma a amenizar a deterioração da saúde do trabalhador, criou-se a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST), com o CEREST como principal estratégia de intermediação. A formação profissional do psicólogo deste serviço envolve aspectos atrelados à formação ideológica da Psicologia enquanto ciência e profissão. Destarte, seu dever ético está vinculado à compreensão total da realidade social como complexa, multifacetada e contraditória, manifestando-se por meio de desigualdades e processos de exclusão. Por meio disso, é necessário adotar uma postura enquanto agente de transformação, lutando por uma psicologia contra-hegemônica e contextualizada. Partindo da Psicologia Social do Trabalho (PST), defende-se uma prática profissional que se contraponha à lógica funcionalista, na qual enxerga o trabalhador como recurso a ser explorado, levando em conta as relações sociais dominantes presentes, reconhecendo as estruturas que vieram a contribuir para o adoecimento expresso. Durante a experiência de estágio, pode-se observar que todas as atividades ofertadas pelo setor de Psicologia estão alinhadas com a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT). Entretanto, avalia-se que sua atuação está direcionada a Psicologia do Trabalho tradicional, promovendo serviços alienados, sob a ótica da naturalização dos problemas oriundos do capitalismo, desvinculando seu caráter histórico-cultural. Dessa forma, emerge a urgência de uma atuação para além da PNSTT, tornando obrigatório compreender as contradições do capitalismo e alinhar sua prática às lutas políticas a fim de reverter o quadro de adoecimento enquanto estrutural ao sistema dominante.

Palavras-chave: CEREST Regional de Natal; Psicologia Social do Trabalho; Relato de estágio.



FORÇA DE TRABALHO E DESEMPREGO NAS CONCEITUAÇÕES DO IBGE: DA APARÊNCIA À ESSÊNCIA NA LUTA DE CLASSES

Maria Augusta Bezerra da Rocha (augusta.b.rocha@gmail.com)
Emilly Bezerra Fernandes do Nascimento

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desenvolve pesquisas e estudos necessários para o conhecimento da realidade brasileira, dentre elas, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Ela fornece indicadores sobre o mercado de trabalho, acompanhando as flutuações trimestrais da venda da força de trabalho. Assim, este ensaio objetiva refletir, com base na crítica marxista, sobre a apreensão da categoria força de trabalho e seus indicadores na formulação dessas pesquisas, como elemento essencial para ocultar a luta de classes. Para isso, a metodologia baseia-se no método crítico-dialético, buscando o conhecimento do objeto em sua estrutura e dinâmica (NETTO, 2011) a partir da revisão de literatura e levantamento dos indicadores do IBGE, através da análise de conteúdo categorial. Segundo o IBGE, na classificação do mercado de trabalho, têm-se: 1) pessoas na força de trabalho; e 2) pessoas fora da força de trabalho. Esses grupos se subdividem em: 1) na força de trabalho: ocupados (pessoas empregadas), trabalhadores por conta própria, empregadores, trabalhadores/as domésticos/as (regulamentados ou não) e trabalhadores/as familiares auxiliares; 2) fora da força de trabalho: força de trabalho potencial (pessoas que não estão no mercado de trabalho, mas que podem se reinserir). Está fora da força de trabalho potencial quem não têm interesse ou condições de trabalhar, aposentados e adolescentes em idade escolar. Ainda neste campo, estão os desalentados (indivíduos disponíveis, que gostariam de trabalhar, mas que não conseguem emprego). Destaca-se, que apesar da importância desta pesquisa para entendimento da realidade do mercado de trabalho brasileiro, prevalece uma conceituação tecnicista e acrítica da conjuntura. As análises propostas pela PNAD Contínua desconsideram elementos importantes, como as mediações da venda da força de trabalho e oculta aspectos da luta de classes. A categoria Exército Industrial de Reserva (EIR) surge, por exemplo, como trabalhadores desalentados, os quais compõem um conjunto da classe trabalhadora fundamental à acumulação da riqueza no capitalismo, pois “fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado” (MARX, 2013, p. 858). Assim, é indispensável a proposição de debates sobre indicadores que ultrapassem a aparência e revelem a essência da luta de classes, a qual está expressa em todos os campos, inclusive, na produção científica.

Palavras-chave: Força de Trabalho; IBGE; Luta de classes; Marxismo.



O PSICÓLOGO E MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Veridiana Lopes Ferreira (veridianalopes@gmail.com)

Este relato de experiência descreve o trabalho no campo da Assistência Social, mais especificamente com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas no CREAS da Zona Norte de Natal (RN). A experiência ocorreu entre 2020 e 2022, período em que a autora esteve atuando nessa instituição. Os participantes envolvidos foram jovens e suas famílias que enfrentam desigualdades sociais que marcam suas trajetórias no sistema socioeducativo em Natal. O objetivo deste relato foi analisar as contradições vivenciadas pelo profissional de Psicologia no contexto da socioeducação, tendo como problema central o genocídio dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto na cidade. Vale salientar que o racismo ocupa um papel central no direito de ceifar vidas de corpos marginalizados, corpos que são marginalizados pela sociedade capitalista e desumanizados por conta das heranças coloniais que permeiam nossa história (Gonzaga & Cunha, 2020). Estas pessoas, em sua maioria negras e indígenas, foram arrancadas do continente africano em navios negreiros, submetidas a torturas e muitas delas perderam suas vidas por meio da dor, fome e desespero (Hooks, 2020). O Sistema de Garantia de Direitos é um conjunto de políticas que visam proteger crianças e adolescentes no Brasil, constituindo-se em uma rede de organizações, instituições e entidades que oferecem programas, projetos e serviços integrados com o objetivo de assegurar a proteção integral das crianças e adolescentes, conforme determinado pelo marco jurídico que nos guia na busca por uma infância e adolescência livres da violência. No entanto, essas garantias não chegam aos jovens negros e periféricos que cumprem medidas socioeducativas em Natal, uma vez que eles continuam sendo alvos de morte. Nesse contexto, a partir da experiência vivenciada no programa, conclui-se que a letalidade juvenil é o resultado de um Estado que nega direitos básicos aos jovens periféricos, reduzindo suas expectativas de vida. Esses jovens são marcados pela violência policial, racismo institucional e são tratados como corpos passíveis de serem mortos, corpos negros destinados à morte. Diante dessa realidade, o/a psicólogo/a precisa reinventar-se e politizar-se para enfrentar sua prática profissional diante de uma sociedade necropolítica que perpetua políticas de morte para os jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto em Natal e no país.

Palavras chaves: genocídio de jovens; medidas socioeducativas; racismo.



UMA EXPERIÊNCIA COM REFUGIADOS WARAO NA SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Samara Gomes da Costa Jacome (samarajacome1@gmail.com)

Neste trabalho, relato a experiência de estágio obrigatório em psicologia entre março e novembro de 2022, no acompanhamento de migrantes e refugiados, na Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS), no município de Natal/RN. Especificamente, abordo a atuação junto aos indígenas venezuelanos da etnia Warao abrigados no Centro de Acolhida e Referência para Migrantes, Refugiados e Apátridas (CARE). As atribuições do setor de alta complexidade envolviam o acompanhamento psicossocial do grupo, bem como sua inserção no Sistema Único de Saúde (SUS), o encaminhamento para a realização de documentos, incentivo à geração de renda, articulação na rede de educação e o fornecimento de benefícios eventuais, como de higiene e alimentação. Pensando em debater a questão do refúgio e os condicionantes de classe e raça, urge o resgate do conceito marxista de exército industrial de reserva, constituído por um grupo de trabalhadores sobrando sujeitos à precarização e/ou subemprego. Utilizo a colonialidade do poder, do saber e suas relações com o colonialismo para discutir os impactos dos processos coloniais, instituídos a partir da classificação de raça, com a finalidade de contribuir para analisar a realidade dos indígenas Warao abrigados no CARE. Durante minha vivência com os Warao, pude entender os diversos obstáculos que atravessam a vida de um refugiado indígena em um país do Sul Global. Assim, fui convocada a me implicar com diversas problemáticas, passando pelas questões estruturais do próprio local de abrigo, a dificuldade de inserção dos usuários na rede socioassistencial, o impasse em acessar os dispositivos de educação e saúde, além de me deparar com profissionais sobrecarregados e adoecidos. Os principais obstáculos para a garantia de direitos se relacionam com as opressões de classe, etnia e gênero, uma vez que observa-se uma reprodução de falsa universalização quando se trata de educação, saúde, trabalho e assistência e refugiados indígenas. A reflexão sobre uma psicologia voltada à práxis, contemplando os atravessamentos dos determinantes de classe e etnia, emerge como necessária, especialmente por grande parte dos estudos com refugiados ser estruturada na produção do conhecimento moldada pelo eurocentrismo, inviabilizando o fenômeno de migração sul-sul, além da escassez de estudos que investiguem essa condição através do marxismo. Vale ressaltar, por fim, que a continuidade deste trabalho se concretiza na dissertação de mestrado da autora.

Palavras-chave: Warao; Refugiados; Garantia de direitos.



PERSPECTIVAS EMANCIPATÓRIAS ATRAVÉS DA PSICOLOGIA DO TRABALHO E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Radmila Raysha Santana de Oliveira (radmilarayshax@gmail.com)

Wesley Jordan Pereira da Silva

Manuella Castelo Branco Pessoa

Bianca Silva Araújo

Vitoria Sampaio Monteiro Furtado

Daniel de Oliveira Silva

Thiálita Carneiro Lima

No contexto de superexploração onde o neoliberalismo configura novas formas e ferramentas para operar suprimindo os coletivos de trabalhadores, expropriando saberes e explorando a força de trabalho, a economia solidária (ES) se apresenta enquanto movimento de resistência e emancipação, por seu caráter ancestral e sua premissa revolucionária. Na psicologia comprometida com a luta dos movimentos sociais e com a perspectiva de saúde ampliada a ES é um espaço imprescindível a ser pesquisado e ocupado, principalmente no que se refere às experiências no contexto das ruralidades, dado que estas ainda se encontram apartadas da academia. Em virtude, surge nosso projeto de extensão voltado à saúde do(a) trabalhador(a), vinculado ao departamento de psicologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) o projeto atua junto a dois empreendimentos solidários do estado da Paraíba: A Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicas da Várzea Paraibana (Ecovárzea) e a Associação Comunidade Negra Senhor do Bonfim (Quilombo Senhor do Bonfim). Iniciada em 2022, a extensão segue atuante e caminhando para sua segunda vigência, sob o arcabouço teórico da psicologia social do trabalho, da ergologia e da educação popular de Paulo Freire, objetivando promover ações de potencialização da saúde dos(as) trabalhadores(as) e construir um espaço dialógico de ensino-aprendizagem. Para tanto, foram realizadas ações interprofissionais, observação participante, escutas especializadas, visitas de campo, encontros sobre o trabalho e reuniões para discussão teórica, onde se tratou sobre a centralidade do trabalho, seu significado e sentidos construídos, a relação entre trabalho e solidariedade, os diferentes lugares da ES, o papel da juventude trabalhadora, divisão sexual do trabalho, e demais demandas dos trabalhadores. Gerando novas inquietações, essa experiência tem proporcionado a construção coletiva de novas demandas, como a busca por abordar as vivências racializadas desses trabalhadores e as contradições do papel da mulher na ES. Resultando na construção de uma comunidade ampliada de pesquisa e intervenção, o projeto tornou possível o reconhecimento dos determinantes e a tomada de consciência para todos os envolvidos, corroborando para o fortalecimento dos coletivos de trabalho e na formação crítica dos estudantes, principalmente no tange a atuação em Psicologia do trabalho.

Palavras-chaves: Psicologia; Trabalho; Psicologia do trabalho; Economia Solidária; Educação Popular.



ESTÁGIO EM PSICOLOGIA DO TRABALHO JUNTO A JOVENS TRABALHADORES AGRICULTORES FAMILIARES

Wesley Jordan Pereira da Silva (jordanpwesley@outlook.com)

Radmila Raysha Santana de Oliveira

Manuella Castelo Branco Pessoa

Manuella Castelo Branco Pessoa A economia solidária (ES) é pautada na relação autogestionária de trabalhadores e sua atividade de trabalho, em busca de geração de renda e de vida sob os princípios da solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário. A aproximação entre a psicologia do trabalho e a ES tem feito germinar uma série de ações voltadas à promoção de uma psicologia que está interessada nas questões do trabalho fora da perspectiva hegemônica, tecendo possibilidades de ruptura com a lógica do capital. Podemos incluir nesta interface um projeto de estágio, vinculado ao departamento de Psicologia de uma universidade pública, que buscou estabelecer relações com jovens trabalhadores organizados solidariamente no formato de associação, a Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana (Eco Várzea), com sede em Cruz do Espírito Santo/PB. Com o objetivo de compreender os modos de trabalho da juventude rural e associada, o projeto aconteceu em parceria com a incubadora de empreendimentos solidários da universidade e um projeto de extensão, sendo um desdobramento de ações antecedentes de estágio em psicologia do trabalho. Ancorado no arcabouço teórico da psicologia social do trabalho, da ergologia e da educação popular de Paulo Freire, deu-se entre 2022 e 2023, no espaço de comercialização da associação. Operacionalmente, foram realizadas observações participantes ao longo de semanas, com os discentes extensionistas e estagiários, junto aos jovens trabalhadores, transformando a feira em um espaço de diálogo, onde eles puderam comunicar as suas vivências no trabalho e como percebem a questão da juventude e o trabalho associado. Em outras palavras, puderam colocar em perspectiva a sua atividade de trabalho, a forma como se organizam para o trabalho, a agroecologia e a vida em comunidade: colocou-se em pauta, portanto, discussões sobre trabalho, juventude, agricultura familiar e ES. Além disso, a extensão e o estágio incluíram momentos de formação no formato de grupo de estudos para a discussão de textos de referência sobre as temáticas abordadas. De tal forma, pôde-se impactar a formação dos alunos em psicologia do trabalho, pensando em uma formação voltada à atuação crítica e transformadora de psicólogos. A relação estabelecida entre incubadora, discentes, docentes e trabalhadores tem se mantido e proporcionado o aparecimento de outros projetos de pesquisa e de extensão, na interface entre a psicologia do trabalho e a ES.

Palavras-chave: Juventude; agricultura familiar; economia solidária.



IV Seminário

MARX
HOJE

Temas para uma agenda
política latinoamericana

30, 31/08 e 01/09
UFRN-Campus Natal

TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo 4: Questões contemporâneas nos diversos contextos sociais



USO DOS PSICOTRÓPICOS COMO FETICHE DE MERCADORIA NO SISTEMA CAPITALISTA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Deborah Cunha Galvão de Medeiros (deborah.medeiros.053@ufrn.br)

Como conceitos analisados, destacam-se os psicotrópicos que consistem nos grupos químicos de substâncias que atuam no sistema nervoso central (SNC) e contribuem significativamente no tratamento de transtornos mentais e comportamentais como depressão e ansiedade. Logo, com o presente trabalho teórico, pretende-se levantar discussões acerca desses medicamentos, propagando o auxílio na efetivação das políticas públicas que tratam da saúde mental na contemporaneidade. Assim, enquanto procedimentos utilizados para análise, buscou-se o método qualitativo, de revisão bibliográfica, em que a obra “O Capital” (2015), de Karl Marx, foi utilizada para a reflexão acerca da teoria do fetichismo de mercadoria. Além disso, os artigos científicos da plataforma Scielo, “Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação”, de Joel Birman (1991) e “Consumo de psicotrópicos e estilo terapêutico: os limites do uso racional de medicamentos”, de Marcia Mazon (2020) foram discutidos brevemente. O fetichismo de mercadoria consiste, basicamente, no ocultamento das relações sociais de exploração nas mercadorias, Marx (2015). Dessa forma, percebe-se que o uso excessivo de psicotrópicos na sociedade capitalista contemporânea, traz a reflexão acerca da medicalização social, em Birman, (1991) que se revela a partir de uma exacerbada comercialização desses produtos, objetivando-se, através do consumo desses medicamentos, o fim dos conflitos humanos e do adoecimento mental. Sabe-se que a desigualdade social, provoca várias vulnerabilidades, produzindo, possivelmente, o sofrimento psíquico, de acordo com Mazon, (2020). Ainda, percebe-se que a Indústria Farmacêutica poderia comercializar os psicotrópicos como um método para o controle de corpos advindo de sofrimentos causados, principalmente, pela injusta desigualdade social, proveniente do sistema capitalista. Dessa forma, através de uma ideologia medicalizante, busca-se amenizar as dores psíquicas refletidas nas classes subalternizadas pelo sistema na contemporaneidade. Então, o uso dessas drogas serviria como mediação das lutas de classe, capazes de ocultar os reais determinantes do sofrimento psiquiátrico. Assim, busca-se refletir acerca da resignificação do uso abusivo de psicotrópicos, a fim de problematizar a questão da saúde mental, proporcionando uma visão biopsicossocial, não apenas, medicalizante, do sofrimento psíquico.

Palavras-chave: Psicotrópicos; Fetiche de mercadoria; Capitalismo.



FEMINISMO MARXISTA E AS MULHERES NEGRAS: DIVISÃO SEXUAL E RACIAL DO TRABALHO

Giulia Valério dos Reis (giulia.reis.701@ufrn.edu.br)

Heloise Stefani Nascimento da Silva

É imprescindível compreender a relação do materialismo histórico-dialético sob o feminismo e marxismo, assim como a sua imbricação. Engels (1884) afirma que a gênese do antagonismo de classes ocorreu paralelamente ao de homens e mulheres, assim como a primeira opressão de classes se deu com a opressão do sexo feminino pelo masculino. Ao falar sobre relações sociais fundamentais, é fato a nefasta colaboração do racismo como pilar do capitalismo. (COLLINS, 2019). Diante dessa perspectiva, Angela Davis (1997: s.p) afirma: "É preciso compreender que classe informa a raça. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida." De forma a manutenção do Estado capitalista-patriarcal-racista, se tem como um dos meios de concretização a divisão sexual do trabalho, que surge de forma simultânea ao capitalismo (KERGOAT, 2009 pg. 234). O racismo foi um mecanismo de desenvolvimento da acumulação capitalista primitiva, uma vez que a escravidão, precedendo ao capitalismo brasileiro tardio, lucrou com a comercialização da mão-de-obra da população negra. Marx (1964) apregoa que a escravidão foi como motor da indústria moderna e da colonização, processos que impulsionam o comércio mundial. Para mais, as mulheres negras enfrentavam a expropriação da força de trabalho análoga à de seus companheiros, como expõe Angela Davis (2016, pág. 38). Os procedimentos utilizados para a análise dessa temática envolvem a visita de obras e de autoras(es) milenares no que diz respeito ao feminismo, marxismo, racismo e luta de classes, assim como dados empíricos da realidade brasileira. Ao ter essa gama de informações, fez-se o cruzamento entre os conceitos, assim como suas interposições na historicidade da sociedade brasileira. Por fim, a opressão racial e de gênero ainda é visivelmente um mecanismo para a exploração do trabalho, o que se confirma nos dados do IBGE, de 2021, no qual mostram que, no RN³, as mulheres negras recebem metade do salário dos homens brancos. Assim, fica notório que as relações de gênero e raça foram e são essenciais para a exploração e acumulação capitalista na formação societária brasileira. (SILVA, 2007). Somado a isso, ao se discutir as relações de classe, gênero e raça, é essencial trazer autoras(es) como PARKS, 2021; CISNE, 2018; SANTOS, 2019; GALVÃO, 2011; KERGOAT, 2009, evidenciando que o marxismo não diverge a luta do sujeito social da revolução entre as classes, ao entender que estes são agentes políticos inseridos sob o capitalismo.

Palavras-chave: Capitalismo; patriarcado; racismo.



NOTAS DA RETIFICAÇÃO DO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS TRANSEXUAIS EM NATAL-RN

Tathiane Conceição Silva de Souza (tathiane.silva.016@ufrn.edu.br)

Este relato de experiência é fruto do atendimento interdisciplinar – com profissionais e estagiários/as do Serviço Social e Direito – de um homem transexual no Centro de Referência em Direitos Humanos da UFRN (CRDHMD/UFRN) nos anos de 2021-2022. O caso em pauta visava orientar e acompanhar o usuário no processo de retificação do registro civil, que é possível desde 2018, a partir da decisão do STF no mesmo ano, o qual julgou e votou favorável a ADI 4.275, que dispunha sobre a permissão para que pessoas transexuais mudem seu prenome e gênero no registro civil por meio de sua autodeclaração de gênero, sem haver a necessidade da realização de cirurgia de redesignação de sexo, apresentação de laudo médico e decisões judiciais. Este reconhecimento do STF só foi possível mediante muita sensibilização e luta do movimento transexual brasileiro nesta pauta, o qual conquistou a possibilidade de pessoas travestis e/ou transexuais (TT) retificarem o registro civil se dirigindo diretamente a um cartório para realizar a alteração. No entanto, embora essa decisão do STF signifique um avanço nos marcos legais, ainda há dificuldades para sua efetivação. Ao analisar os provimentos dos cartórios do RN, percebemos que a gratuidade da retificação é deixada a critério dos cartórios, sendo estes livres para aplicar taxas quando não dispor de normas específicas para o procedimento. A partir de contatos realizados com o Escritório Popular e Centro de Cidadania LGBT de Natal (CEMCID), nos foi informado que o valor total das taxas referentes às documentações necessárias ao processo no cartório está custando de R\$ 300,00 a R\$ 350,00. Nesse contexto, as taxas não são condizentes com a realidade socioeconômica da população TT, a qual, de acordo com o mapeamento do CEMCID em 2021 com 203 pessoas usuários do serviço, mais da metade desse segmento populacional são jovens adultos/as que não recebem apoio familiar, dos quais 47% estão desempregados/as, 36% sobrevivem com menos de um salário-mínimo e 42% recebem entre um e dois salários mínimos, sendo nosso usuário pertencente ao grupo que convive com menos de um salário. Assim, ele foi encaminhado à DPE/RN para a judicialização do caso, que tem sido também o caminho percorrido pelo CEMCID para tentar gratuidade do processo. A partir disso, foi possível avaliar que, embora a decisão do STF se constitua em uma conquista importante para a população TT, boa parte ainda encontra dificuldade para efetivá-lo, tendo que recorrer à judicialização.

Palavras-chaves: População-transexual; retificação-do-registro-civil; direitos-humanos.



ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DAS POLÍTICAS BRASILEIRAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ADOLESCÊNCIA

Daniele Alves Leite (adaanianalves@gmail.com)

Nos últimos anos vimos o debate da redução da maioridade penal ganhar destaque, a tramitação da PEC 115 em 2015, às campanhas eleitorais de 2018, os apelos por punições mais severas aos adolescentes autores de ato infracional e as contestações da atual política como incentivadora do delito. Diante destas inquietações sociais e buscando compreender a configuração das políticas brasileiras de institucionalização da adolescência realizou-se um levantamento bibliográfico tendo como fonte livros, artigos científicos e periódicos coletados no Google Acadêmico e no portal da CAPES e analisados na perspectiva do materialismo-dialético. Rizzini (2004; 2011) defende uma tradição de institucionalização da infância e da juventude desde o período colonial. Com instituições destinadas a grupos sociais específicos, havia aquelas destinadas à educação dos filhos de famílias ricas, às de segregação dos descendentes indígenas e de escravos e as instituições que integravam as políticas de segurança e assistência voltadas para a categoria social “o menor”, crianças e adolescentes em situação de abandono ou delinquência, como fica marcado pelo Código de Mello Mattos (1927) e o Código de Menores (1979). Tais instituições alicerçam discursos, com respaldo científico, para dar conta desta categoria em constructos ideológicos como desestruturação familiar, situação irregular, precariedade material e moral para justificar práticas higienistas, de segregação e violência (LYRA, 2013; VOLPI, 2015). A década de 1980, e a efervescência pela redemocratização, possibilitou a formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 vigente atualmente, que estabelece medidas protetivas às vítimas de violência e socioeducativas aos autores de ato infracional. No entanto, dados sinalizam proximidades das medidas socioeducativas de internação com o sistema prisional como violações dos direitos humanos, assassinatos, predominância de jovens negros e pobres tomados como perigosos (ARRUDA, 2021). Constatamos que a ideia de proporcionalidade entre a diminuição da maioridade penal e a diminuição da criminalidade é uma construção ideológica que contraria evidências científicas, desconsidera a desigualdade social e o racismo estrutural, colabora para as violações de direitos já existentes, legitima a violência policial e as políticas focalizadas na institucionalização desconsiderando a compreensão do sujeito de direitos e em desenvolvimento preconizada pelo ECA.

Palavras-Chave: Políticas de institucionalização. Adolescência. Análise sócio-histórica.



O DRAMA DA CONSCIÊNCIA DOS/AS TRABALHADORES/AS DE APLICATIVOS EM TEMPOS DE UBERIZAÇÃO

Carlos Eduardo Meireles (meireles@discente.ufg.br)

Financiamento CAPES

Este estudo pretende estreitar o debate entre a Psicologia Sócio-Histórica e a uberização do trabalho, por meio de uma discussão teórica sobre a consciência dos/as trabalhadores/as de aplicativo. Para isso, utilizamos das pesquisas sobre uberização do trabalho publicadas no Brasil (Abílio, 2019; Abílio, 2020; Abílio et al., 2021; Amorim et al., 2021; Antunes, 2020a; Antunes, 2020b; Filgueiras & Antunes, 2020; Gonsales, 2020; Grohmann, 2020; Slee, 2019) e das categorias de: ideologia (Marx & Engels, 2007; Lukács, 2013); consciência (Vigotski, 1999; Vigotski, 2009; Lane, 2012); e drama (Vigotski, 2000). Nos tempos de uberização encontramos uma multidão vigilante de trabalhadores/as que encontram-se constantemente disponíveis para vender sua força de trabalho, sem mediação de qualquer regulação trabalhista, a empresas-plataformas, assim que uma notificação chega ao smartphone. Acompanhado desse processo vemos a emergência de ideologias dominantes que individualizam e invisibilizam as relações de assalariamento e exploração do trabalho, fazendo circular significados que atribuem aos trabalhadores/as a ideia de que são empreendedores, patrões de si mesmo, pessoas solidárias etc. No entanto, também estão presentes nesse movimento ideologias produzidas desde os trabalhadores/as de crítica a uberização, de modo a organizar coletivos para a luta por direitos. Esse conjunto de significados ideológicos afeta o modo de sentir-pensar-agir dos/as trabalhadores/as, isto é, a sua consciência. Posto que, a consciência é um sistema interfuncional que condensa outras funções psicológicas, como emoção, pensamento, linguagem, atividade etc. E se organiza pela mediação da palavra - significado e sentido (Vigotski, 2009). Os sistemas de significação de classe, contraditórios, ao serem trasladados para o indivíduo expressam-se em sua consciência como drama: choque de sistemas; luta interna de posições sociais convertidas em dinâmica psíquica (Vigotski, 2000). A luta entre esses sistemas de significações pode resultar em ação ou inação, transformação ou reprodução. “Mas o que prevalecerá?” É uma resposta que só pode ser dada pela coletividade, ou melhor, pela classe social, que enfrenta o drama da uberização do trabalho. No entanto, a Psicologia pode e deve atuar nesse contexto para potencializar a classe trabalhadora à transformação social - seja produzindo conhecimento; seja atuando rumo à práxis de conscientização.

Palavras chaves: Uberização; trabalhador/a; ideologia; consciência; drama



RECUSANDO O CADAFAISO: O PAPEL DAS ELEITAS AO LEGISLATIVO PELO ESTADO POTIGUAR

Helena Grazyelle do Nascimento Oliveira (helenagno08@gmail.com)

Ilana Lemos de Paiva

Historicamente, as mulheres foram impedidas de ocupar os espaços públicos e políticos de poder, se organizando coletivamente para resistir a violações recorrentes. No que diz respeito à inserção das mulheres na política institucional no Brasil, as norte-rio-grandenses foram pioneiras tanto no exercício do voto, como em serem eleitas a cargos políticos. Apesar de avanços, a presença feminina nos espaços políticos institucionais ainda tem sido ínfima, enquanto as violências sofridas são constantes. A dominação e exploração que subjuga as mulheres se fundamenta, conforme esta compreensão, na imbricação patriarcado-racismo-capitalismo. Definiu-se, assim, como objetivo central desta pesquisa, investigar em que medida a presença de mulheres eleitas pelo estado potiguar para o Poder Legislativo pode impactar a superação das estruturas que subjagam as mulheres. Norteou-se pelas lente teórica feminista-marxista, compreendendo a estrutura patriarcal imbricada ao racismo-capitalismo e atentando para o esvaziamento da pauta *representatividade feminina* disseminada pelo discurso liberal. Tais lentes teóricas foram base estruturante de toda a análise realizada, proporcionando uma perspectiva crítica-histórica da realidade expressada nos dados de pesquisa. Definiu-se como procedimentos metodológicos o mapeamento das eleitas ao legislativo federal e estadual pelo Rio Grande do Norte, desde 1990 até 2018; a realização de entrevistas com base em roteiro semiestruturado; e a análise documental dos projetos de lei e ementas redigidos pelas eleitas identificadas no mapeamento. A análise das entrevistas resultou em três núcleos de significação: a) da experiência de ser-para, b) da experiência de ser mulher-política, c) da experiência de ser no legislativo. Como resultados principais, identificou-se que as violências do ser-mulher na sociedade patriarcal-racista-capitalista, afeta sua experiência material-subjetiva. Nesse sentido, a inserção de mais mulheres na política institucional, em específico no legislativo, não é o ponto de chegada definitivo para que sua presença implique no enfrentamento às estruturas patriarcais-racistas capitalistas que as subjagam. Portanto, para que a presença de mulheres no legislativo resulte em um enfrentamento direto às relações desiguais entre homens e mulheres, faz-se necessário que haja o reconhecimento das violências sofridas, bem como uma atuação antipatriarcal, antirracista e anticapitalista.

Palavras-chave: mulher; legislativo; violência política; pioneirismo norte-rio-grandense.



A REVOLUÇÃO INFORMACIONAL E A SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO

Paulo César de Lima Nascimento (paulocesarl@ufrn.edu.br)

O presente trabalho pretende realizar uma breve discussão teórica sobre a revolução tecnológica em curso com a aceleração da tecnologia e informação. Propomos, a partir de obras de caráter marxista que debatem uma sociedade do conhecimento, pensar a revolução informacional e tecnológica, centrando-se no livro *A sociologia posta em questão*, de 1978, de autoria de Clóvis Moura. O objetivo é verificar se as concepções sobre uma ideologia científica da sociedade do conhecimento (Masson & Mainardes, 2011), classificada por Moura (1978), como sociologia do conhecimento, se estabelecem como uma estrutura para as transformações da inovação tecnológica em curso, com transformações como a gamificação do trabalho (Oliveira, 2021). Dessa forma, poderia a inovação informacional (Masson & Mainardes, 2011), motor da revolução tecnológica, pelo seu devir eminentemente dinâmico, promover uma cisão com a estrutura acadêmica e gradualista da sociedade do conhecimento (Moura, 1978)? Assim, destacamos que a fragmentação do conhecimento, base da estrutura ideológica acadêmica, é o grilhão que a inovação tecnológica tem sistematicamente buscado desafiar (Abílio et al., 2021). De tal modo, ao realizarmos a análise das transformações no sistema produtivo e da produção da mercadoria (Srnicek & Giacometti, 2018), percebemos a contradição da mais-valia, bem como, Moura (1978), faz-nos perceber contradições entre o atual modo de produção e as classes fundamentais, desvelando o estado avassalador de acúmulo e detenção de poder sobre as formas de produção, agora, elevando-se a uma modalidade que apropria-se da possibilidade de fazer e também da capacidade de saber, dado o controle dos dados e algoritmos que regem toda a teia plataformizada dos sistemas digitais, reproduzindo-se com o caráter privado da lógica do Capital, como uma forma-mercadoria, as plataformas digitais (Abílio et al., 2021; Moura, 1978; Oliveira, 2021; Srnicek & Giacometti, 2018). Ademais, a revolução informacional justifica, a exemplo da explosão de experiências experimentais no século XX, inúmeros testes reproduzidos diariamente, de forma massiva, através das plataformas digitais, padronizando, ajustando e monitorando as chamadas opções de preferência, nossos valiosos dados digitais, que compõem o grande 'comportamento de rebanho' nas vitrines digitais, responsável por processos de precarização do trabalho e por uma ideologia aliada ao capitalismo de plataforma.

Palavras-chave: Sociologia do Conhecimento; Revolução Informacional; Gamificação.



O PROCESSO DE UBERIZAÇÃO E A INSEGURANÇA JURÍDICA PARA O TRABALHADOR

Maria Alice de Lima Lemos (mariaalicelimalemos1@gmail.com)

Ana Caroline de Lima Silva Ferreira

Ana Paula da Costa Munção

Este trabalho trata da temática da uberização dentro do contexto das relações de trabalho no Brasil e como o Tribunal Superior do Trabalho têm manifestado suas decisões quanto ao reconhecimento de vínculo empregatício destes trabalhadores. Assim, serão abordadas as questões referentes ao judiciário, embasados na conceituação sociológica e filosófica da matéria. Por tratar-se de um tema novo nas análises das Cortes Trabalhistas, ainda não há uma jurisprudência consolidada, o que gera uma insegurança jurídica aos trabalhadores. Dentre essas dificuldades, têm-se como objetivo dissertar e questionar como o sistema jurídico serve de instrumento para perpetuação do modo de produção pela qual estamos inseridos. A metodologia utilizada neste estudo é baseada no materialismo histórico-dialético, a partir de bibliografia marxista e jurisprudencial da matéria trabalhista. Neste sentido, buscou-se, através do TST e Acórdãos proferidos pelos juristas, identificar as problemáticas destas relações e a subordinação jurídica na qual o trabalhador é exposto. A análise jurídica positivista não é o bastante para o entendimento e esclarecimento da realidade social brasileira, em especial para os trabalhadores como polo passivo na maior parte das relações trabalhistas, e pretende discorrer a partir de aspectos sociológicos, antropológicos, políticos e filosóficos, além de propriamente jurídicos. Somado ao levantamento bibliográfico baseado nas Ciências Humanas de maneira geral, este trabalho busca se embasar numa análise material dos entendimentos do Tribunal Superior do Trabalho e o que as jurisdições têm, em sua maioria, assegurado dentro da relação capital – trabalho ou empresas – trabalhador. Conclui-se, por fim, a necessidade de integrar os trabalhadores uberizados a condições favoráveis para prestação do seu serviço, para que não haja um aumento da exploração e subordinação destes indivíduos.

Palavras-chave: Uberização; Tribunal Superior de Trabalho; Exploração; Subordinação.



SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR COMO PRODUÇÃO E LUTA DE CLASSE NA ATUALIDADE

Emilly Bezerra Fernandes do Nascimento (emilly.bezerra.700@ufrn.edu.br)

Aline Francilurdes Nery do Vale

Janaynna de Moura Ferraz

As discussões sobre saúde mental ocupam cada vez mais espaço na sociedade contemporânea (KENSBOCK; ALKÆRSIG; LOMBERG, 2022). A prevalência de ansiedade e estresse ocupacional, decorrentes do aumento da carga de trabalho, exaustão física e condições precárias do ambiente de trabalho afetam os trabalhadores (VEGA et al., 2023). Assim, este trabalho objetiva compreender a produção do adoecimento mental a partir das transformações do Modo de Produção Capitalista (MPC) e do agravamento da Questão Social. A metodologia é baseada no método crítico-dialético, o qual visa conhecer o objeto em sua estrutura e dinâmica (NETTO, 2011). Parte-se do princípio que o capital não apresenta grandes considerações sobre a saúde e a vida da classe trabalhadora e ressalta que esta ausência de inquietação está relacionada à ascensão de seu lucro (MARX, 2013). Entende-se que produção de saúde tem relação direta com o par capital-trabalho, onde é necessário a venda da força de trabalho para a manutenção da vida e da saúde, ou seja, a saúde é também objeto da luta de classes. Tais disputas podem ser observadas ao estudarmos as mudanças na gestão dos modelos produtivos dentro do MPC. A partir destas transformações nota-se um aumento vertiginoso do adoecimento mental (ANTUNES, 2020). Para os que estão conseguindo vender sua força de trabalho, nota-se crescimento nos diagnósticos de ansiedade. Dados sistematizados pelo Observatório de Saúde do Trabalhador, em 2023, apontam que, no Brasil (2012-2022), foram notificados 10.079 afastamentos de tipo acidentário e 2.233.721 de tipo não acidentário em decorrência de adoecimentos mentais e comportamentais. Mas há também um enorme contingente de trabalhadores que não conseguem vender sua força de trabalho. O relatório II VIGISAN (2022) revela que em média 14,3% dos lares brasileiros contavam com ao menos 1 morador procurando emprego, e em 8,2% dos casos, o responsável pela família estava desempregado. Assim, além de não conseguir reproduzir sua força de trabalho, estes trabalhadores estão igualmente submetidos à incidência de adoecimentos, mas como estão fora da esfera produtiva, não são contabilizados pelas estatísticas e têm maior dificuldade de acesso a tratamentos e de retornar ao mercado de trabalho. Conclui-se que ao analisar a luta por saúde nos dias hodiernos a partir da luta de classes, há uma intensificação do pauperismo que se expressa também no sofrimento mental.

Palavras-chave: Saúde Mental; Classe Trabalhadora; Teoria Marxista.



A FEMINILIDADE NA CONTEMPORANEIDADE SOB UMA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA

Bruna Shimabukuro de Freitas (brunasfreitas_@hotmail.com)

Nesta pesquisa nos debruçamos sobre o estudo da Feminilidade enquanto fenômeno social ideológico, que constitui a subjetividade feminina, fazendo com que as mulheres tenham seus comportamentos, sentimentos e pensamentos permeados por uma ideologia que favorece a soberania burguesa no modo de produção capitalista. Nosso objetivo geral é desvelar qual a função da feminilidade na contemporaneidade, e para tanto, investigamos o que é a feminilidade, o que faz parte de sua construção, entendemos como as mulheres se apropriam deste fenômeno e passam a reproduzi-lo em seu cotidiano. Como forma de alcançar tais objetivos, utilizamos de uma metodologia baseada no materialismo histórico-dialético, com pesquisa bibliográfica composta por leituras de materiais relevantes de acordo com a temática, a realização de uma entrevista semiestruturada e subsequente análise conforme a técnica de Núcleos de Significação, fundamentada com base na teoria psicológica Sócio-Histórica. As considerações alcançadas ao fim deste trabalho foram as de que a ideologia hegemônica está presente e enraizada em nossa sociedade, em todas as relações, cristalizando uma hierarquização na qual as mulheres constituem a base que sustenta aquilo que é necessário para a manutenção da vida proletária e sua reprodução. Isto compõe parte de uma estrutura maior que utiliza de desigualdade social, racial e de gênero para manter a ideologia burguesa imperando e seus capitalistas usufruindo dos lucros decorrentes da exploração da classe trabalhadora. Estes aspectos aparecem e são perpetuados na contemporaneidade contando com a religião, estimulação de consumo, e uma historicidade marcada por violências que delimitaram determinadas pessoas a ocuparem lugares específicos, nos quais as mulheres foram alocadas em uma posição de submissão e docilidade que ainda hoje constituem as possibilidades de sua existência, sendo isto o que compõe o delineamento da feminilidade.

Palavras-chave: Ideologia; Feminilidade; Psicologia Sócio-Histórica.



ATRAVESSAMENTOS DA MATERNIDADE NO CONTEXTO ACADÊMICO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Hanna Alice da Costa Mélo (hannaalice@outlook.com)

Nos últimos anos as conquistas da luta feminista se destacaram pelo aumento de mulheres no ensino superior e mercado de trabalho, modificando um cenário que antes era majoritariamente masculino. Atualmente, mesmo com essa crescente ocupação quando se trata de cuidados com a casa e com os filhos, são essas mulheres que são responsabilizadas (BITENCOURT, 2019). As universidades proporcionam um lugar de formação e ascensão profissional importante na vida de qualquer pessoa, mas é preciso discutir o porquê de em pleno século XXI, mesmo com um aumento de 17% no número de mães solas no Brasil na última década (J FEIJÓ, portal FGV, 2022), as universidades ainda não estejam preparadas para receber essas mulheres. Utilizarei do relato autobiográfico e revisão bibliográfica como ferramenta metodológica e sobre uma perspectiva histórico-cultural trarei reflexões críticas sobre a maneira que a sociedade sustenta esse lugar de invisibilidade a mães solo. O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência de uma estudante universitária, mãe solo, trabalhadora e dona de casa, de forma a repensar a maneira que essas vivências se relacionam: suas dificuldades, conciliações, atravessamentos e a forma que este lugar é construído e sustentado socialmente. Esse relato de experiência contempla o período de cinco semestres de graduação, agosto de 2021 a junho de 2023, na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, tendo como participante eu e minha filha de quatro anos, acompanhante de aulas e de diversos outros espaços acadêmicos. Desejo com esse trabalho que outras mães possam ver a academia como possibilidade e que outros relatos acerca dessa vivência possam surgir. Certamente não é um espaço construído para nós, assim como não é para tantas outras minorias, mas que possamos resistir e nos fazer presente para propor mudanças mais inclusivas. Precisamos de projetos de infraestrutura que possibilitem a permanência de mães nesses espaços, como o acesso a creche na universidade. É preciso uma reeducação no sistema de ensino visando as principais necessidades apresentadas e repensando a forma que a universidade pode contribuir para uma jornada acadêmica de sucesso e qualidade.

Palavras-chave: maternidade solo; mães solas; mulher; sobrecarga feminina.



AUTONOMIA: EMBATE IDEOLÓGICO ENTRE IDEALISMO EMPRESARIAL E A PRÁXIS POLÍTICA ENTRE ENTREGADORES

Gabriel Nunes Moraes (gabrielzerf@gmail.com)

Fellipe Coelho Lima

Guilherme Ribeiro dos Santos Sena

Vanusa Luana Cavalcante Santos

A uberização avança, e esta pressupõe o autogerenciamento subordinado, modelo de gestão do trabalho e subjetividades que encarrega o trabalhador de administrar o processo produtivo. O autogerenciamento subordinado se comporta como uma ideologia, por ser uma ideia com função social que direciona a práxis dos sujeitos frente aos conflitos. Ela não é mecanicamente reproduzida pelas pessoas, mas metabolizada refratando em sentidos. Objetivamos analisar os sentidos que entregadores por aplicativo atribuem a autonomia do seu trabalho, considerando a ideologia de autogerenciamento subordinado. A partir da Psicologia Histórico-Cultural, realizamos dois estudos de caso, um sem vinculação a organismo político da categoria (Entrevistado A), e outro com vínculo (Entrevistado B). Ambas as entrevistas realizadas foram analisadas via núcleo de significação. O Entrevistado A defendeu a lógica do entregador “empreendedor de si”. Este atribui à autonomia um sentido jurídico de categoria laboral independente; contrapõe esta ao trabalho formal sob a CLT; atribui a este último o sentido de condição de trabalho hierarquizado marcado por assédio e obediência; e alimenta afetos e valores de identificação com essa condição de suposta autossuficiência. O Entrevistado B sustenta a negação da dita autonomia. Reconhecendo: a subordinação do entregador na gestão algorítmica do trabalho; a submissão à plataforma por esta mediar sua fonte de subsistência; e a necessidade de questionar sua produção de sentido sobre direitos trabalhistas. Desenvolvendo afetos de inconformidade com a ideologia “a”. A dialética na relação A-B denota na ideologia “a” uma perspectiva de autonomia que converge com os interesses das empresas: a assimilação do autogerenciamento subordinado. Orientando a práxis na direção de limitar a busca por melhores condições de vida ao aumento da produção individual sob normas algorítmicas das quais não se tem controle. Enquanto na negação desta primeira, a ideologia “b” desvela na ideologia “a” sua função social, a idealização de uma autonomia descolada das necessidades do trabalhador. Estabelecendo um dever pedagógico para a práxis: o embate político como alternativa para construir uma autonomia materialmente viável e ideologicamente coerente. Desta dialética insurge a superação de valores idealistas na motivação e identificação de uma categoria de trabalhadores ao conceber suas condições laborais a partir da materialidade inserida na esteira histórica da luta de classes.

Palavras-chave: Vivência (perejivanie); Trabalho plataformizado; Autogerenciamento; Autonomia; Ideologia.



IMPACTOS DO AJUSTE FISCAL NA POLÍTICA DE ATENÇÃO À SAÚDE DA CRIANÇA

Kesia Thayza Alves Xavier (kesiathayza@ufrn.edu.br)
Alice Santos de Oliveira

O presente trabalho tem como objeto de estudo o ajuste fiscal na saúde da criança. Objetiva analisar os impactos do ajuste fiscal nas políticas sociais de atenção à saúde da criança. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a revisão bibliográfica e documental, à luz do materialismo crítico-dialético de Marx por compreender que na sociabilidade capitalista, somente, a teoria crítica é capaz de dar conta das relações sociais que permeiam o objeto estudado, pois como nos diz Tonet (2016), é a partir da ontologia do ser social que alcançamos o conhecimento das determinações gerais da realidade para chegar à descoberta dos seus aspectos ainda desconhecidos. A pesquisa justifica-se na necessidade de desvelar as determinações do ajuste fiscal nas políticas sociais, em especial no setor saúde que tem como pano de fundo as sucessivas contrarreformas (BEHRING, 2003) executadas pela política neoliberal conservadora de austeridade econômica, a partir do ano de 2016, tendo como desdobramento o desfinanciamento da saúde que impacta na efetivação da rede de atenção à saúde da criança. Sendo assim, conforme Bravo (2019), o desmonte do SUS vem a partir do fortalecimento do projeto privatista de saúde implementado com rigor pelo Governo Temer e fortalecido no Governo Bolsonaro. As contrarreformas setoriais, por meio das portarias do Ministério da Saúde nº 2.346/2017; 1.482/2018 e 2.979/2018 promoveram a desestruturação da Atenção Básica e da Estratégia Saúde da Família, e o fortalecimento da comercialização do direito à saúde sob o incentivo a venda de “planos de saúde acessíveis” (BRAVO, 2019). Neste ínterim, a atenção à saúde da criança vem sendo atacada a duros golpes, haja vista, as tendências de desestruturação e desfinanciamento do conjunto de políticas sociais que impactam na efetivação da intersetorialidade e promoção do atendimento integral à criança, na perspectiva da saúde ampliada e garantia do acesso às condições de saúde mediante o acesso às políticas de educação, moradia, renda, segurança alimentar, entre outras. Outro rebatimento das medidas de austeridade traduz-se na sobrecarga da atenção especializada com o aumento do número de hospitalizações e consequente custo para os serviços, decorrentes do não acesso à Atenção Básica, no âmbito da prevenção e promoção da saúde, que resultam em diagnósticos tardios que não permitem um prognóstico favorável.

Palavras-chave: Ajuste Fiscal; Sistema Único de Saúde; Atenção à Saúde da Criança.



UBERIZAÇÃO: A BUSCA POR UMA DEFINIÇÃO ÚNICA

Jose Italo Francolino da Silva (jose.italo.f@gmail.com)

Fellipe Coelho Lima

Mirlly de Souza Ferreira

Margarida Mayara Moura Miranda

Entendendo que trata-se de um tema novo no campo de estudos sobre o Trabalho, há vários autores que debatem o conceito da uberização, marcadamente crítico. Aqui se pautará a discussão entre Ludmilla Abílio e Ricardo Antunes com Vitor Filgueiras, que embora discutam o mesmo tema, sua conceitualização sobre este fenômeno apresenta divergência. Usualmente, os autores concebem como um novo modo de organização e controle do trabalho, em que sua mediação é feita por plataformas digitais na lógica da procura e oferta, em que omite-se vínculos empregatícios. Nas palavras de Filgueiras e Antunes, a uberização é operacionalizada como uma expressão do trabalho que expande-se através das plataformas digitais e empresas aplicativos, onde as relações de trabalho estão cada vez mais individualizadas e invisibilizadas com o propósito de simular uma prestação de serviço. Ou seja, se configura como um trabalho informal realizado por TICs (Tecnologia de informação e comunicação). Porém, Abílio compreende de uma forma mais abrangente. A uberização ganha nome a partir da Uber, mas não se inicia com a mesma, tampouco está exclusivamente associada às plataformas digitais. Ela está sujeita de ser definida por duas particularidades: 1) a consolidação de trabalhadores por demanda (just-in-time), resultante da consolidação de um trabalhador desprovido de direitos e garantias, que está dependente, controlado e disponível para o trabalho; 2) dos diversos processos de informalização, que integram não apenas a informalidade, mas também a perda de formas estáveis e reconhecíveis dos meios de controle, gerenciamento e organização do trabalho. Assim sendo passível de se expandir para os demais âmbitos da relação com o trabalho e emprego, seja nas prestações de serviços ou com os servidores públicos, não restringindo-se ao mediado pelas TICs de maneira informal. Ao apresentar a falta de consenso quanto ao conceito, não aponta-se uma total divergência entre as partes, mas busca-se por mediações que viabilizem a possibilidade de expandir a discussão teórica sobre o mesmo. Ao assimilarmos que estamos discutindo sobre o fenômeno enquanto apenas atuante nas plataformas digitais estamos deixando de lado o potencial impacto nas demais relações de trabalho; ao passo que se expandirmos demais a conceitualização do mesmo, perdemos em precisão e qualidade a iminência do fenômeno estudado.

Palavras-chave: Uberização; Informalização; Plataformização; Trabalho.



O TRABALHO REPRODUTIVO NO COTIDIANO DO TORNAR-SE MULHER

Ana Beatriz Medeiros Lima (anabeatrizcmlima@gmail.com)

Os marcadores sociais de gênero, classe, raça e territorialização engendram os mais variados mecanismos de exploração e opressão. A Psicologia Social do Trabalho orienta uma perspectiva crítica de investigação e compromisso político, na denúncia dos processos de precarização e exploração do trabalho e no reconhecimento do trabalho em suas diversas formas, incluindo o trabalho doméstico não remunerado. A Divisão Sexual do Trabalho, pensada nos termos da perspectiva marxista, é entendida como elemento estruturante do capitalismo e base para a posição desigual das mulheres na sociedade. Reconhecer a estrutura de exploração do trabalho das mulheres é assumir um compromisso histórico de denúncia, visando melhorias na organização social. A pesquisa procurou revelar, através da narrativa de uma mulher negra, mãe e trabalhadora, a realidade psicológica do não reconhecimento do trabalho reprodutivo, aquele tradicionalmente associado à figura feminina, como as atividades domésticas e de cuidado. Teve como objetivo a análise da trajetória de vida e laboral de uma trabalhadora de uma comunidade periférica. Especificamente, procurou-se revelar se a sobrecarga de trabalho e o adoecimento estão presentes na realidade concreta dessa mulher; compreender quais as condições sociais e psíquicas a situam como vulnerável a condições de opressão e exploração; e identificar se havia desejo de mudança em relação às atribuições dos papéis de gênero. O percurso metodológico foi orientado pela história de vida, que procura conhecer o fenômeno a partir das significações do sujeito que o vivencia, e delineado a partir dos aportes do estudo de caso, da entrevista aberta e do diário de campo. A Análise Comparativa Constante possibilitou o desvelar de categorias sobre a realidade através da qual os dados se construíram e na qual são manifestados. Os resultados se organizam nas categorias emergentes do processo de análise: a vida, o cuidado e o tornar-se mulher adulta; o estudo em face do trabalho reprodutivo; e a divisão sexual do trabalho na história de vida. A narrativa da entrevistada apontou para o lugar do trabalho de reprodução em sua história de vida, afastando-a dos estudos formais e do espaço produtivo de trabalho. O diálogo com os postulados teóricos da pesquisa indicou a importância, para uma pesquisa crítica e comprometida, do olhar para a forma como muitas subjetividades são moldadas pela lógica de exploração da estrutura capitalista de organização do trabalho.

Palavras-chave: Psicologia Social do Trabalho; Trabalho reprodutivo; História de vida



RESISTÊNCIAS DOS ENTREGADORES: ESTUDO DE CASO A PARTIR DA TEORIA DA LIBERTAÇÃO

Maria Elisa de Sousa Oliveira (mariaelisa_s@hotmail.com.br)

Vitória Patrícia Bezerra de Medeiros

Kimberly Conrado Moura

Theo Alexandria

Fellipe Coelho Lima

Na última década, complexificou-se a uberização do trabalho, caracterizada como um modelo de trabalho por demanda, sem acesso a direitos e com uma gestão autocrática, ganhando espaço principalmente por meio das plataformas digitais do trabalho. Junto dela, cresceram-se também os processos de resistência, a exemplo das greves dos entregadores por aplicativo. Na América Latina ambos os processos ocorrem, mas possuem características e determinações específicas se comparado aos países de capitalismo central. E detém uma história marcada pela colonização e inserção dependente no capitalismo global, como também na luta e na resistência desses povos. O presente trabalho se propôs a investigar os processos de organização da categoria de entregadores por aplicativo em Natal/RN. A partir da Psicologia da Libertação, realizamos um estudo de caso com uma liderança dessa categoria profissional, por meio de entrevista em profundidade. Segundo A., os entregadores apresentam consciência da exploração sofrida por meio do aplicativo. Em sua fala, mostrou-se: a necessidade do desenvolvimento e fortalecimento de uma associação entre os entregadores, a urgência de uma identidade grupal e a reivindicação por meio da mobilização de uma luta coletiva. O entregador apresenta a sensação de liberdade e autonomia de si, escolhendo os horários da sua jornada de trabalho. Contudo, a realidade é permeada por precarização e revela extensas jornadas de trabalho na tentativa de garantir a sua subsistência. A partir do relato, compreende-se que os problemas do contexto social se apresentam de um modo naturalizante, sob uma ótica descontextualizada. Nessa lógica, as violências oriundas do capitalismo mascaram-se em adversidades no campo do individual e subjetivo. Assim, para Martín-Baró o indivíduo, enquanto ser social, necessita percorrer um processo conscientizador, na qual possa assumir, como sujeito ativo no processo histórico, a superação da falsa consciência. A associação dos entregadores como mecanismo de identificação, possibilita ações coletivas, a fim de alterar as relações dominantes de poder e reivindicar por direitos trabalhistas básicos. Por fim, o estudo revela a importância da pesquisa para os desdobramentos na vida cotidiana do entregador de aplicativo de modo a perceber o conhecimento imerso na práxis cotidiana.

Palavras-chave: Precarização do trabalho; Consciência; Entregador por aplicativo; Teoria da Libertação.



HISTÓRIAS DE VIDA, MILITÂNCIA E CONSCIÊNCIA EM UM ASSENTAMENTO DO MST

Kíssila Teixeira Mendes (kissilamm@hotmail.com)

O presente trabalho está relacionado à uma tese de doutorado onde buscamos analisar e apreender as interfaces entre o processo de consciência, a questão agrária, a constituição da propriedade privada no Brasil e o MST. O percurso metodológico contou com período de observação participante e com a realização de sete entrevistas em profundidade com moradores do assentamento. No recorte aqui apresentado, as relações entre histórias de vida e militância são articuladas, principalmente considerando o fato de que no assentamento em questão há a presença dos “ex-colonos” – moradores e empregados da antiga fazenda que foram posteriormente assentados. Apesar de únicas, há confluências nas histórias que nos permitem traçar análises que apontam para a totalidade, em uma dialética singular-particular-universal. Percebemos como estar em um movimento organizado, nas trajetórias individuais, adquire status de protesto, que pode ser entendido em dois sentidos, não necessariamente excludentes: 1) há maior consciência da realidade, suas mazelas, e, com isso, se indignam e procuram um movimento social; 2) ao entrarem no movimento, adquirem maior consciência acerca de sua própria indignação, entendendo-a como indignação justa à esta realidade. Fica evidente nas trajetórias o sentimento de se forjar militante na luta, na ação, no processo, e como isso se atrela ao senso coletivo, de ser parte de um sujeito coletivo e também na singularidade de cada um/a dos/as participantes. Ou seja, não se nasce militante, mas se faz militante - na militância, e o MST foi o meio para se fazerem indivíduos coletivamente. No caso dos ex-colonos, ficam evidentes as histórias forjadas nas relações de trabalho e, no caso das mulheres, principalmente, moldadas em valores tradicionais da família e cuidados domésticos da esfera reprodutiva. O trabalho aparece como categoria fundamental, em suma, o trabalho alienado. Assim, embora toda consciência se origine da materialidade, não há correspondência direta entre posição de classe e consciência. As diferenças expostas entre as visões de mundo dos ex-colonos e dos militantes do MST evidenciam ainda que não há uma essencialidade na classe trabalhadora. Assim, em relação à coesão do assentamento, há diferentes percepções, sendo as dificuldades ancoradas, sobretudo, em uma dificuldade “se reconhecer sem-terra” - fato determinante para superação do indivíduo privativo.

Palavras-chave: consciência; MST; propriedade privada; movimentos sociais; questão agrária.



VIVÊNCIA E MST: ESTUDO A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE UMA MILITANTE ACAMPADA

Mariana Souza Batista (mariana.souza.018@ufrn.edu.br)

Fellipe Coelho Lima

Alex Reinecke de Alverga

A ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é centrada nas ocupações de terra e construção de acampamentos para denunciar o latifúndio improdutivo, bem como a expropriação dos camponeses. Os acampamentos ainda simbolizam uma ruptura na vida dos trabalhadores, já que é a forma de ingresso na luta e, conseqüentemente, a superação de uma postura passiva em relação à exploração de seu trabalho. Na Psicologia Histórico-Cultural, tais momentos podem ser responsáveis pela produção de vivência, isto é, uma unidade de análise que considera a relação entre as particularidades da personalidade e as especificidades do meio em que a situação foi vivenciada. Nesse sentido, objetivamos analisar como as vivências no MST puderam provocar mudanças no desenvolvimento de uma militante e identificar quais eventos dramáticos foram responsáveis por esses saltos em seu desenvolvimento. Para estudar o caso de uma mulher negra, agricultora de 72 anos e participante do MST há nove anos, partimos do método de história de vida, com a solicitação de que ela narrasse sua história, ressaltando como conheceu o movimento e como percebe sua vida após entrar nessa organização. A análise realizada permitiu a criação de unidades temáticas conforme os eventos dramáticos da história da entrevistada. A primeira unidade se refere ao término do seu casamento, a vivência desse evento permitiu com que ela conhecesse uma ocupação do movimento e iniciasse sua transformação em agente no processo de constituição de si. A segunda unidade diz respeito às mudanças vivenciadas no MST. Para a participante, por não ter tido acesso à educação formal e não saber ler, a principal mudança após ingressar na organização foi se sentir mais inteligente e corajosa. Assim, os seus sentidos e afetos foram mobilizados pela sua atuação nos trabalhos de base, cruciais para a construção de acampamentos. O terceiro momento se relaciona com as dificuldades de ser acampada, lidar com a desesperança e ameaças dos latifundiários. Como motivos para a entrevistada não desistir da luta pela terra, ressaltamos a sua vinculação afetivo-cognitiva com o movimento, a qual permitiu que ela construísse sua vivência como a experiência de situações críticas e busca por integração psicológica. Diante disso, ao considerarmos que a vivência mobiliza transformações e é fortalecida na relação com o outro, compreendemos que os movimentos sociais podem ser espaços propícios para o desenvolvimento humano e a transformação coletiva.

Palavras-chave: MST; Vivência; Psicologia Histórico-Cultural; Coletividade.



IV Seminário

MARX
HOJE

Temas para uma agenda
política latinoamericana

30, 31/08 e 01/09
UFRN-Campus Natal

ALÉM DO VAZIO: IMPLICAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS DO CONCEITO PSICANÁLITICO DE FALTA

Nivaldo Ferreira Júnior (nivaldojrpsi@gmail.com)

Este trabalho propõe uma confluência entre a práxis psicanalítica, do campo de Freud a Lacan, e a tradição marxista. Tributários da perspectiva proposta por Parker e Pavón-Cuéllar (Psicanálise e Revolução 2022) e Safatle (2020), abordamos essa confluência pelo horizonte revolucionário como elemento latente da práxis psicanalítica. Nosso estudo se concentra no conceito psicanalítico de "falta" e sua associação com a desnaturalização, historização e crítica da sociedade burguesa, destacando a necessidade de transformação social. Como seres falantes, somos alienados pela linguagem e pelo desejo do Outro, e nossa subjetividade é moldada por esse referente. Através da práxis psicanalítica, confrontamos a experiência da ausência e da falta, desvendando os efeitos simbólicos da cisão subjetiva e abrindo caminho para a desalienação em relação ao desejo do Outro. Lidar com a falta nos possibilita restituir ao sintoma sua dimensão histórico social, desmistificando as expressões sintomáticas como destino, motivação, e etc. considerando outras possibilidades para os conflitos pulsionais. Uma vez que, a relação entre sujeito e objeto desejo não é uma relação de continuidade determinada naturalmente, pois há uma falta, mas de indeterminação (mediado pelos contextos de classe social, gênero, raciais e ideológicos que perpassam o laço social) convoca-se então o analisante a se posicionar em relação a esses contextos que operam em sua fantasia fundamental e assim (re)criar posições no laço social, formas alternativas de satisfação da pulsão e em última instância da realidade social. Ao estabelecer uma dialética entre sujeito e sociedade, desnaturalizamos a realidade social, compreendendo-a como uma construção humana passível de crítica, mudança e revolução. O materialismo histórico também reconhece a relação indeterminada entre sujeito e objeto, permeada por mediações históricas, sociais e subjetivas. Investigar essas mediações é fundamental para a produção de conhecimento. Para Marx, a realidade é uma processualidade em constante movimento, e a estrutura da realidade é uma totalidade concreta composta por complexos de totalidades. Nossa pesquisa busca contribuir para a compreensão das interseções entre a psicanálise e o marxismo, abrindo novas perspectivas teóricas e práticas para a transformação social.

Palavras-chave: Materialismo dialético, Psicanálise, Psicologia clínica, Marxismo e Revolução.

